

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROF. ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ANA SUELLE DE OLIVEIRA GOMES

**HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA INDÍGENA: O POVOADO SAQUIM E
A LUTA PELA TERRA EM ILHA GRANDE DO PIAUÍ (1950-2016)**

PARNAÍBA/PI

2016

ANA SUELLE DE OLIVEIRA GOMES

**HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA INDÍGENA: O POVOADO SAQUIM E
A LUTA PELA TERRA EM ILHA GRANDE DO PIAUÍ (1950-2016)**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção da graduação de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. André Aguiar Nogueira.

PARNAÍBA/PI

2016

G833h

Gomes, Ana Suelle de Oliveira.

História, historiografia e memória indígena: o povoado Saquim e a luta pela terra em Ilha Grande do Piauí (1950 – 2016) / Ana Suelle de Oliveira Gomes - Parnaíba: UESPI, 2016.

71f.

Orientador: Dr. André Aguiar Nogueira

Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, 2016.

1. História 2. Historiografia 3. Indígenas I. Nogueira, André Aguiar II. Universidade Estadual do Piauí III. Título

CDD 980.41

ANA SUELLE DE OLIVEIRA GOMES

**HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA INDÍGENA NO PIAUÍ: O POVOADO
SAQUIM E A LUTA PELA TERRA EM ILHA GRANDE DO PIAUÍ (1950-2016)**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção da graduação de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. André Aguiar Nogueira.

Aprovada em __/__/__

Orientador

Examinador 1

Examinador 2

PARNAÍBA

2016

A minha mãe Maria de Fátima Oliveira e ao meu irmão José Willi Oliveira Gomes e à minha irmã Maria Marcielle Oliveira Gomes; por ser a matriz de toda a minha força e luta nesses quatros anos e meio de curso. Pois esta vitória não é somente minha, mas também de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, ser no qual sinto ardentemente em minha alma e sem ele este trabalho não poderia ser possível.

Aos meus pais pela vida, especialmente minha Mãe Fátima, por todo o seu cuidado, amor, conselhos e à minha mãe Nilda que também sempre esteve do meu lado me apoiando, até mesmo quando estávamos longe uma da outra.

A meu avô Chaga Lino com suas prosas de fim de tarde, e a minha vó Teresa que amo tanto e também a todos da família que moram no nosso querido povoado Boa Vista, em Cajueiro da Praia, por sempre me darem força e acreditarem em mim.

A professora Júlia de geografia do ensino médio de Cajueiro da Praia, minha inspiração de luta e determinação quando buscamos alcançar nossos objetivos...

Agradeço a professora Alaíde por me hospedar em sua residência no início do curso.

Ao seu irmão e grande amigo meu Gringo, que tanto me auxiliou nos anos iniciais de minha estadia aqui em Parnaíba.

A minha tia Marcia, por nos termos nos reencontrado e ter me guiado para o seio e aconchego de minha família aqui na cidade, proporcionando a mim mais segurança e condições para concluir o curso e a toda família minha também em Parnaíba.

A meu grande amigo Beto, por sua amizade incomparável, por toda sua assistência, cuidado e carinho, em todos esses anos de amizade.

Aos meus professores, especialmente ao meu orientador André Nogueira, por acreditar no meu trabalho, e por todo o seu apoio e paciência; por ser além de um amigo, excelente profissional.

Aos meus amigos e amigas por juntos dividirmos as alegrias e angústias da vida acadêmica. Especialmente minha amiga Layane que por várias vezes me deu carona até a universidade e que me alegrou dando alívio através de suas conversas e visitas em minha casa, nos intervalos em que produzia a pesquisa.

Ao seu Pedro Militão e à sua família por ser inspiração deste trabalho, por toda sua simplicidade e acolhimento ao me receberem em sua casa durante o dia necessário para o colhimento das entrevistas.

Ao seu Edmar por ter se disponibilizado a me levar e me acompanhar a casa do seu Pedro e por fornecer subsídios e informações para a realização deste trabalho.

A todos os entrevistados Sr. Pedro, D. Graça, Silmara Erthal, Ana Célia, Laercio Nascimento e seu Edmar, que se disponibilizaram a contribuir com este trabalho.

As populações indígenas, porque sem elas este trabalho não se realizaria.

Desnaturalize-se...
(Autor Anônimo)

RESUMO

Este trabalho trata de reflexões acerca da história, historiografia e memória indígena no Piauí, a partir de 1950 até 2016. Tem como objeto de estudo o caso de Pedro Militão que se reivindica quanto remanescente indígena e de sua família, moradores do povoado Saquim, localizado em Ilha Grande do Piauí, que lutam desde 2007 pela legalização do local, contra um empreendimento turístico que pretende se instalar nas cidades de Ilha Grande do Piauí e Parnaíba, para a construção de um grande *resort*, que irá atingi-los diretamente. A partir deste objeto de estudo procuramos compreender as representações que a historiografia tradicional piauiense produziu na história do Piauí, a partir da década de 1950, acerca dos povos indígenas, onde se sedimentou um discurso de inexistência indígena no estado. Contrário a realidade presente no Piauí, onde se constata a luta e resistência de remanescentes indígenas pelos seus direitos básicos de sobrevivência, como a terra. Revelando assim a exclusão dos povos indígenas pela a historiografia tradicional piauiense na história do estado, reservando-os apenas ao discurso de extermínio. Utilizamos como fio condutor metodológico para a nossa pesquisa em história, o diálogo com as “memórias compartilhadas” Portelli (1997), a história oral e consultas bibliografias, blogs, sites, leis, documentos, entre outros, onde tentamos compreender a realidade de resistência indígena no estado do Piauí.

PALAVRAS – CHAVE: História. Historiografia. Memória. Indígena.

ABSTRACT

This work deals with reflections on history, historiography and indigenous memory in Piauí, from 1950 to 2016. Its object of study is the case of Pedro Militão that claimed as indigenous remaining and his family, people who live in the village of Saquim, located in Ilha Grande do Piauí, that fight since 2007 to legalize the place, against a tourist complex that wants to install in the cities of Ilha Grande do Piauí and Parnaíba for the construction of a large resort that will hit them directly. From this object of study sought to understand the representations that traditional Piauí historiography produced in the history of Piauí, from the 1950s, about the indigenous peoples where sedimented an indigenous absence of speech in the state. Contrary to this reality in Piauí, where we see the struggle and resistance of indigenous remains for their basic rights of survival, as the land. Thus revealing the exclusion of indigenous peoples by the traditional historiography in state of Piauí history, reserving them only to the speech of extermination. Use as wire methodological driver for our research in history, dialogue with " memórias compartilhadas " Portelli (1997), oral history and consultations bibliographies, blogs, websites, laws, documents, among others, where we try to understand the resistance of indigenous reality in the state of Piauí.

KEY-WORDS: History. Historiography. Memory. Indigenous.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA- Associação Brasileira de Antropologia

ACCPUIG- Associação de Catadores de Caranguejo Delta-Uçá de Ilha Grande

ANPOCS- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

APA- Área de Proteção Ambiental

APECH- Associação de Pesquisadores em Ciências Humanas

APL- Academia Piauiense de Letras

CEP- Centro de Estudos Piauienses

CEPRO- Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CIA- Comissão Ilha Ativa

COMPEPI- Companhia Editoria do Piauí

EIA- Estudo Impacto Ambiental

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

FUNDAC- Fundação Cultural do Piauí

FUNDAPI- Fundação de Apoio Cultural do Piauí

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IHGB- Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IHGP- Instituto Histórico Geográfico de Parnaíba

ISA- Instituto Socioambiental

RESEX- Reserva Extrativista Marinha

SEMARH- Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estradas e via de acesso ao município de Ilha Grande.....	47
Figura 2 - Caminho de acesso ao Povoado Saquim.....	48
Figura 3 - D. Graça, esposa do Sr. Pedro Militão o beiju, e ao Sr. Pedro Militão assando beiju em fogão de barro.	49
Figura 4 – Residência da família do Sr. Pedro e o poço. Ao lado Catadores de caranguejo em frente a casa do Sr. Pedro, se preparando para a coleta do caranguejo.....	50
Figura 5 - Mapa da localização do Loteamento Turístico Ecocity.....	61
Figura 6 - Etapas do Empreendimento Ecocity Brasil.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
10 ÍNDIO E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL	16
1.1 LITERATURA BRASILEIRA: O MOVIMENTO INDIANISTA E O IHGB	17
1.2 VARNHAGEN E AS “GENTES VAGABUNDAS” (1816-78)	20
1.3 CAPISTRANO DE ABREU, O “NOVO POVO BRASILEIRO” (1853-1927)	23
1.4 GILBERTO FREYRE E O MITO DA “DEMOCRACIA RACIAL” (1930)	25
2 O ÍNDIO E O DISCURSO DA INEXISTÊNCIA INDÍGENA NO PIAUÍ	30
2.1 HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE E AS “INSTITUIÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS”	30
2.2 MONSENHOR CHAVES, O “HISTORIADOR DAS CLASSES SUBALTERNAS”	31
2.3 ODILON NUNES E OS “AMERÍNDIOS MAIS ATRASADOS”	36
2.4 EM BUSCA DE UMA “NOVA HISTÓRIA INDÍGENA”	41
3 A LUTA PELA TERRA NO POVOADO SAQUIM EM ILHA GRANDE DO PIAUÍ	47
3.1 REMANESCENTES INDÍGENAS E A LUTA PELA TERRA NO POVOADO SAQUIM	47
3.2 POSICIONAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DOS REMANESCENTES INDÍGENAS	53
3.3 FAMÍLIA SILVA E A DOMINAÇÃO DE TERRAS EM ILHA GRANDE DO PIAUÍ	54
3.4 SABERES E CRENÇAS REMANESCENTES	57
3.5 EMPREENDIMENTO ECO CITY BRASIL	59
3.6 OS DESAFIOS E A IMPORTÂNCIA DA LEI Nº 11.645/2008	66
CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo dos povos indígenas, a princípio surgiu nas aulas da disciplina Brasil Colônia, ministradas pelo professor Roberto Kennedy na UESPI. Indagando-nos sobre as várias percepções que ao longo da história foram se consolidando acerca dos povos indígenas no Brasil, nos chamou atenção para a ausência do índio na história do Piauí e a própria presença desses povos em nosso estado. Em umas dessas aulas o professor foi indagado, se ainda “existia índio no Piauí”? E para minha surpresa e da turma, ele respondeu que sim.

Porque a ideia que prevalecia, inclusive em todos os meus anos de escola e creio que para os demais da turma, é que não existiam mais índios no Piauí, que todos tinham sido mortos nas guerras e epidemias na colonização. Só quando entrei na Universidade é que tive acesso ao conhecimento sobre a presença dos povos indígenas no Piauí. Desde então fiquei a me questionar, onde estavam esses índios se não sabíamos de sua existência? Quem são? Que etnias pertenciam? Onde viviam? E porque nos livros de história do Piauí só nos contavam sobre seu devassamento e logo após sua inexistência? Dentre outras perguntas que passaram a me incomodar na história do Piauí.

A partir das indagações acima relatadas passei a me interessar pelo tema e dei início ao estudo sobre os povos indígenas no Piauí. Vendo o vazio de pesquisas, na academia sobre a temática, no decorrer do curso fui me aprofundando e percebendo a pouca documentação ou mesmo o desconhecimento de diversas fontes para se pesquisar o índio no Piauí. Através de conversas informais com alguns colegas do curso, especialmente seu Reginaldo, amigo de graduação e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Parnaíba, soube de Pedro Militão, um senhor de 75 anos de idade que se reconhecia como indígena. Morador do chamado povoado Saquim em Ilha Grande do Piauí e que lutava para permanecer no local onde reside com sua família, contra uma empresa chamada Eco City que pretende implementar um grande *resort* que atingirá diretamente a área em que a família vive, abrangendo as cidades de Ilha Grande do Piauí e Parnaíba.

Então me desloquei de Parnaíba ao Povoado Saquim em Ilha Grande do Piauí, para conhecer esse simpático senhor e sua história. Ao lado de um recém-amigo, apresentado por seu Reginaldo, que se chama Edmar, amigo da família e

que teve presente na maioria das vezes no desenrolar do caso do seu Pedro. Muito solidário, me levou até o local e permaneceu comigo durante todo o dia para a realização das entrevistas. Fomos muito bem recebidos e depois da farinhada que seu Pedro e seus familiares preparavam naquele dia, reservou a mim um pouco do seu precioso tempo para conversarmos.

Através da história de vida de seu Pedro pude perceber um dos casos de resistência indígena em nosso estado. Um homem que se reconhece como indígena, onde vive há mais de 50 anos, que luta para permanecer e regularizar o local em que mora com família. As memórias de Militão revelam a identidade a qual pertence e se reconhece. Juntamente com outros personagens dessa história de luta e resistência podemos realizar este trabalho. Juntou-se o meu interesse de conhecer e pesquisar sobre os povos indígenas no Piauí e a necessidade de ouvir o que os seus remanescentes tem a dizer sobre sua vida, sua cultura, onde reivindicam seus direitos e seu espaço na história. Há um grande vazio na história “oficial” do estado e poucos trabalhos abordam os povos indígenas em perspectivas diferentes, além da colonização exterminadora.

A princípio minha intenção era apenas fazer análises bibliográficas sobre a temática indígena na história do Piauí. Mas algo dentro de mim buscava saber para além das análises bibliográficas, saber da existência concreta dos índios no Piauí e de suas lutas na perspectiva da pesquisa histórica. .

Nesse sentido, o recorte da nossa pesquisa começa a partir de 1950, onde há uma renovação, um aumento das produções historiográficas piauienses, e também um significativo incentivo do estado do Piauí na pesquisa, publicação, editoração, e reedição de obras dos pesquisadores do Piauí. Destacaram-se muitos pesquisadores, entre eles Odilon Nunes (2007) e Monsenhor Chaves (2013), os quais se tornaram referências sobre a história do Piauí neste período. Analisamos suas principais obras de história, para compreendermos como esses intelectuais percebiam os povos indígenas na história do Piauí e como reforçaram o discurso da inexistência indígena no estado. Percebeu-se assim a contrariedade existente entre a história escrita e a história vivida pelas populações indígenas, que têm resistido até os dias de hoje, de diversas formas, em diferentes regiões do estado, lutando pelo seu espaço e reconhecimento na história.

Realizamos entrevistas com mais cinco pessoas, além do Sr. Pedro Manoel de Sousa Costa (vulgo) Pedro Militão, por compreendermos que a história não de

constituí a partir de uma única fala, mas sim da interação e colaboração entre as partes envolvidas. Por se constituírem sujeitos essenciais para melhor compreensão do caso de luta e resistência que envolve a família do Sr. Pedro e a empresa no processo de regularização da área. Por se constituírem como fontes históricas essenciais para a pesquisa histórica, sem os quais este trabalho não seria possível, tornando a participação de todos de grande importância.

Entrevistamos a Sr.^a Maria das Graças dos Santos Costa - Dona Graça, esposa do Sr. Pedro Militão; Laercio Nascimento, o advogado do caso do Sr. Pedro; Ana Célia Coelho, representante do Patrimônio Público da União, onde foi instruído o processo do Sr. Pedro; Silmara Erthal, representante e analista ambiental do Instituto Chico Mendes e Biodiversidade (ICMbio)¹; e Edmar Pereira dos Santos, vereador de Ilha Grande do Piauí, muito amigo da família e que acompanha o caso do Sr. Pedro desde 2007, ano onde se iniciou o processo de acordo entre as partes: Sr. Pedro e a empresa, na época a empresa Eco City, para regularização da área onde atualmente reside o Sr. Pedro.

Nesse sentido utilizamos a História Oral como possibilidade de perceber, através da fala, aspectos históricos não percebidos com a história pautada apenas na documentação escrita, atualmente o historiador constrói suas próprias fontes. Toda fonte é dotada de subjetividades, de permanências e rupturas, de transformação e resignificação, nisso implica a eficiência de seu método.

Não podemos reconstruir totalmente o passado, que nunca será o mesmo, mas podemos nos aproximar dele através das memórias dos sujeitos históricos, graças ao advento das novas metodologias, como a História Oral. Este caminho só se torna possível através da memória, das lembranças que são ressignificadas a partir do hoje, das vivências, do discurso de quem fala, onde a memória é a “única fonte de imortalidade” (Le Goff, 1990, p. 345-434).

¹ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais. Disponível em < <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstituio> > Acessado em 25/06/2016.

Nesse sentido para que possamos chegar à discussão que sustenta nossa pesquisa, precisaremos compreender como se sedimentou os discursos de pouca “participação” na colonização e da inexistência dos povos indígenas na história do Piauí. Para isso iremos percorrer alguns intelectuais da historiografia nacional que influenciaram diretamente nas produções que se desenvolveram no Piauí a partir da década de 1950.

No primeiro capítulo refletimos como o indígena é representado, percebido pelos intelectuais brasileiros. Neste momento havia uma preocupação por parte destes intelectuais em construir uma identidade nacional para o País. Fazemos uma breve análise de algumas obras de intelectuais como Varnhagem, Gilberto Freire, Capistrano de Abreu e Sergio Buarque de Holanda.

O segundo capítulo trata do índio sob a ótica historiográfica de Odilon Nunes e Monsenhor Chaves e o discurso da inexistência indígena no Piauí. Analisamos como a produção historiográfica a partir da década de 1950, percebe o indígena na história do Piauí e reforça o discurso que não existe mais índios no Piauí. Analisamos as obras dos autores que nesse período tiveram um grande destaque e patrocínio do estado para a publicação e editoração de suas obras. Analisamos também as mudanças que a historiografia sofreu com as novas percepções da nova “história indígena” a partir da década de 1980, principalmente na década de 1990, com as inovações da produção histórica advindas da História Oral.

Em nosso terceiro capítulo destacamos a luta pela terra no povoado Saquim em ilha grande do Piauí. Abordamos o caso de luta pela terra do remanescente indígena Pedro Militão e de sua família, que reflete uma realidade totalmente diferente da história tradicional. Revelando a necessidade urgente de revisão sobre o papel dos índios na história do estado. Evidenciamos a necessidade de pesquisas sobre os grupos que emergem se reivindicando quanto remanescentes indígenas no estado. Nosso trabalho procurou ouvir a memórias destes sujeitos históricos, para que possamos compreender como vivem os remanescentes do Piauí, e porque a história “oficial” do estado negou seu espaço na história. Porém, no decorrer do tempo, esses povos com sua forte presença no país, e em nosso estado demonstram resistência perante as dificuldades que atualmente enfrentam cotidianamente, competindo-nos reconhecê-los como sujeitos históricos ativos.

1 O ÍNDIO E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

A historiografia brasileira é marcada por diferentes interpretações históricas do Brasil. Surgem diferenciados “interpretes” que buscam a compreensão da formação social, política, econômica e cultural do país. Construindo discursos que “ora são a favor do que o Brasil foi e se tornara, e ora a favor de mudança e libertação do que o Brasil tinha se tornado”, (REIS, 2007, p.15), ou seja, em busca de um futuro brasileiro com suas próprias características quanto nação. Como mostra o historiador José Carlos Reis no trecho abaixo, em seu livro *As identidades do Brasil*:

Ora os intérpretes do Brasil valorizam o espaço da experiência brasileira, o que o Brasil já foi e ainda é, ora valorizam o horizonte de espera, o que o Brasil quer ser e ainda não é. As ideias passadas influem sobre as presentes, a originalidade não é pura (REIS, 2007, p.15).

É nesse sentido de construção de visões sobre o Brasil que refletimos como esses pesquisadores da recente história brasileira percebiam o nativo na formação identitária do nosso país. Uma das produções que inaugurou a necessidade de se produzir uma história para o Brasil foi a dissertação do naturalista Karl Friedrich Philippe Von Martius que venceu o concurso “Como se deve escrever a história do Brasil”, patrocinado pelo recém-fundado IHGB em 1844. Nesta dissertação, segundo a historiadora Cristina Portella: “os indígenas aparecem como parte constitutiva da nação, porém, é preponderante a valorização da cultura lusitana (proposta de branqueamento populacional)”.

A dissertação de Von Martius é o texto fundador da história oficial do Brasil, estando nela contidos muitos elementos do olhar que a historiografia por muito tempo destinou aos povos indígenas. Nesta, a história do índio no Brasil tem relevância pelo caráter de exotismo e curiosidade que a permeia, devendo o historiador ser instigado pela explicação de como foram originadas essas “ruínas de povos” (PORTELA, 2009, p. 153).

Outro fator de grande importância, que contribuiu diretamente para a construção de um imaginário romântico sobre o indígena foi o *Movimento Indianista* no século XIX, que tem como símbolo nacional o indígena.

1.1 LITERATURA BRASILEIRA: O MOVIMENTO INDIANISTA E O IHGB

Segundo Ricardo Sérgio, o romance Indianista, tipicamente brasileiro, foi uma das principais tendências do nosso Romantismo. O prestígio do indianismo – que trazia o índio e os costumes indígenas como literário – junto ao público foi amplo e imediato. Vários fatores contribuíram para a sua implantação. Dentre eles, SÉRGIO (2012), cita as ideias do pensador iluminista e pré-romântico Jean Jacques Rousseau. Para ele o homem originalmente é puro, mas é corrompido ao entrar em contato com a civilização. Portanto, Rousseau via no homem primitivo o modelo de ser humano (SERGIO, 2012, p. 1).

Foi este pensamento muito que influenciou as obras dos autores brasileiros, vendo o indígena como ser “puro”, “intacto” e que nele estaria a gênese da nação brasileira, a sua mais pura e original identidade nacional. No livro *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração*, de Luzia Santos (2009), fala dos ideais que compõem o indianismo e como seu apogeu se consolidou:

[...] o momento singular da literatura brasileira em que o índio foi um motivo de destaque dessa produção. Trata-se do *indianismo*, formulado nos ideais românticos, em que a personagem indígena estrutura-se sob as condições de herói, multifacetada em virtude do estilo e da ideologia da época. O termo *indianismo* alcançou seu apogeu num complexo movimento que reuniu, ao mesmo tempo, os aspectos históricos e culturais à tentativa de libertação das formas cristalizadas nos movimentos literários anteriores, em especial, as do racionalismo clássico (OLIVA, 2009, p. 20).

Segundo SANTOS (2009), historicamente o Ocidente viu despertar a evolução da ciência e da filosofia, o que suscitou mudança no pensamento a partir de então. O reflexo das transformações de pensamento e de conceitos levou às manifestações que afirmaram a liberdade do indivíduo e a supremacia da natureza, fatores fulcrais para o desenvolvimento estético e ideológico do romantismo (p. 20).

Enquanto o movimento se consolidava nos países europeus, a América não havia entrado em sintonia com as mudanças, de modo especial, as colônias, que ainda estavam encarceradas pela dominação da Igreja e da nobreza. Somente com a difusão do romantismo em Portugal, sob influência da França, e tardiamente na Espanha, é que a América inicia o processo de alargamento dos ideais históricos e literários correspondentes a tais configurações. As transformações marcantes no

cenário latino-americano deram-se no momento em que as nações se constituíam como independentes (SANTOS, 2009, p. 20).

Após a independência começou-se a discutir a questão do “ser brasileiro”. Para as elites do Centro Sul era necessário não só fortalecer o seu poder, com também definir a face da nação. Buscava-se a nossa identidade em meio a tantas diferenças e misturas étnicas. O patriotismo, o desejo de construção de uma pátria brasileira, deveria ser o estímulo e dever do escritor, a sua contribuição para a grandeza na nação, “um ato de brasilidade” (MULTIRIO 2, - p. 2).

A partir do apoio de D. Pedro II aos intelectuais e artistas, o Romantismo brasileiro se transformou em projeto oficial, expressando sua ligação com a política. Para valorizar as origens da nacionalidade escolheu-se o índio, visto como parte integrante e como fundador da nação brasileira. Em 1856, quando Gonçalves de Magalhães publicou o poema épico *A Confederação dos Tamoios*, obra financiada pelo imperador, o índio passou a ser considerado o símbolo nacional. Idealizado, corajoso, puro e honrado, transformou-se na própria encanação da jovem e independente nação brasileira, conduzida por D. Pedro II (MULTIRIO 1 - p. 1).

Enquanto que na Europa, os escritores românticos valorizam os temas heroicos da Idade Média, no Brasil o nacionalismo exaltava o indígena, o “bom selvagem”, transformado em herói nas páginas dos romances e nas poesias de nossos escritores. As paisagens da nossa terra, os índios, a vida no campo e na cidade passaram a ser os temas da nossa literatura, teatro, pintura e música (MULTIRIO 1 - p. 1).

É interessante perceber que embora a atenção dos poetas romancistas, se volte, focalizando o indígena como detentor “original” de características que são consideradas nesse momento do movimento, como a base cultural e histórica para a construção de uma identidade nacional. Não podemos deixar de perceber que este interesse pelo nativo só acontece devido à necessidade de uma elite em criar uma identidade para a mais nova “nação independente”, ou seja, para solidificar o Estado Nação, com o objetivo de construir um imaginário tipicamente nacional, muito distante da realidade vivida pelas populações nativas.²

² Como mostra Ednaldo Bezerra de Freitas, em seu artigo *A construção do imaginário nacional: entre representações e ocultamentos as populações indígenas e a historiografia*: “É bom lembrar que é justamente no século XIX, que se vai buscar no índio, um elemento de expressão romântica para fomentar os princípios cívicos de sustentáculo para o Estado Nação brasileiro. Trata-se do “Movimento Indianista”, onde pontificaram figuras como o romancista José de Alencar e poetas como

Nesse período, porém, o espaço concreto de produção de conhecimento mais sistemático sobre as comunidades indígenas, será o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Fundado sob auspícios da monarquia e criado à semelhança dos similares franceses de então, a instituição albergava nomes representativos da elite econômica e política do império. Em 1839, o primeiro número de sua revista, traz no texto de sua apresentação, o uso da alegoria indígena para si: “Qual robusta indígena das florestas brasileiras, se apresentava garrida e bem disposta para a rude missão de trabalhar pelo engrandecimento de sua tribo” (FREITAS – p. 3 apud RIHGB, 1839 I:177).

Entre os autores que mais se destacaram no Movimento Indianista, destacam-se *Gonçalves Dias*, considerado o principal poeta romântico brasileiro. Exaltava a natureza e o sentimento de honra e valentia do índio. Seus principais poemas se destacam *Juca-Pirama*, *Os Timbiras*, *Canção do Tamoio*, entre outros. (MULTIRIO 1 - p.2). Na prosa romântica José de Alencar, aparece como um dos mais importantes escritores desse período. Destaca-se a trilogia alencariana que possibilita o encontro do leitor com um indianismo mais acentuado do que fora em Gonçalves Dias. *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara* são a manifestação de uma experiência estético-temática ainda não fecunda nos autores que edificaram o índio anteriormente. Somente com a atuação de José de Alencar, como romancista, após o estágio de folhetinista que exerceu, é que o tema desperta a devida atenção. Isso se deve, em parte, porque o romance alencariano atendeu aos anseios exigidos pela sociedade da época, tornando-se um instrumento de consolidação do indianismo (SANTOS, 2009, p. 23).

Destacaram-se também autores como *Bernardo Guimarães* em sua obra *Jurupira*, *Mário de Andrade* em sua famosa obra *O Macunaíma*, *Raul Bopp*, *Darcy Ribeiro* com *Maíra*, entre outros autores que marcaram a geração do movimento indianista no Brasil. Relembremos que nosso intuito neste capítulo é compreender como o índio é retratado na história nacional, refletindo como a literária, tem um papel crucial na construção da história e memória indígena. Como esta, em sua

Gonçalves Dias. O Índio apropriado por esse romantismo é, no entanto, um elemento puramente de literatura, estilizado, simbólico, adaptado e a serviço do projeto colonizador. Nessa conjuntura, em contrapartida às figuras folhetinescas de *Ubirajara*, *Iracema* e *Peri*, estão distantes das populações indígenas que de fato, naquele momento, continuavam a se debater com o avanço das frentes econômicas, em processos de invasões, perseguições e massacres sobre seus territórios (FREITAS, - p. 3 apud Moreira Neto, 1971).

maior parte, ocultou e silenciou a fala indígena, foi o que prevaleceu. Negando-se a estudar e escrever de forma eloquente e abrangente sobre as populações nativas que habitavam nosso país.

A literatura faz parte desse processo de construção de uma identidade nacional, criando um imaginário romantizado do índio, o que contribuiu para a construção de diferentes estereótipos, muito distante da realidade desses povos. Por isso nosso breve tópico acerca do Movimento Indianista e de seus autores. Este movimento teve o nativo e sua cultura como centro de pesquisa, interpretação, embora que fugisse da pluralidade étnica dos povos nativos. O movimento Indianista influenciou diretamente o pensar sobre o que é ser indígena no Brasil. Nesse aspecto percebemos que a escrita historiográfica em suas diferentes formas, histórica, lírica, documental, entre tantos, exerce um papel fundamental na construção da memória de um povo, de grupos ou comunidade.

A relação entre história e literatura esteve intimamente ligada, cada uma sofreu influências de ambas as partes, esta relação foi base essencial para se construir a identidade nacional e projetar uma visão romantizada sobre os índios no Brasil. Onde a literatura foi um das formas de incorporar o índio na escrita historiográfica, através da abstração literária, dos poemas, das prosas, na maioria das vezes seus personagens não correspondiam a realidade dos povos indígenas, ou os enxergava para além de lendas e mitos, ainda permaneceu o olhar do “civilizado” sobre o nativo. Não contribuindo necessariamente de fato para o alcance do espaço do indígena na historiografia e história nacional.

1.2 VARNHAGEN E AS “GENTES VAGABUNDAS” (1816-78)

A história do Brasil segundo Varnhagen é a sua valorização da colonização lusitana, deixa bem claro sua preferência pela ação portuguesa. Segundo SANTOS (2012), em seu artigo intitulado: *Varnhagen: Identidade nacional e concepção acerca do índio no século XIX. Análise interpretativa do autor e Sua “História Geral do Brasil”*, no trecho abaixo, mostra como é importante compreender o contexto, no qual Varnhagen está inserido, as influências teóricas e seu interesse pelos lusitanos:

Em sua narrativa ele deixa transparecer o interesse latente em sua observação de futuras áreas de exploração, com matérias primas favoráveis ao mercado português. Ferrenho defensor dos interesses lusitanos, nascido

e tendo crescido e estudado em meio às concepções intelectuais desse contexto, não poderíamos esperar de Varnhagen, mais do que sua realidade permitia que transparecesse, sendo um adepto da historiografia alemã e devoto da dinastia de Bragança, o autor intenta construir a memória do país recém-independente, a partir de sua 'História Geral do Brazil' (SANTOS, 2012. p. 3).

Sua visão histórica era positivista, evolucionista, e vangloriava os grandes “homens da história” e seus “grandes feitos”. Temos que perceber que ele é “filho de seu tempo”, vivia em um contexto onde o desejo dos autores da história do Brasil era a “civilização” e o “progresso”. E o nativo era apenas consequência da colonização, onde estes deveriam agradecer pela vinda dos “homens de Deus”, pela misericórdia, de alcançarem a redenção e se tornarem cristãos.

Vanrhagen ao descrever os costumes, as formas como os nativos se adornavam, pintavam, comportavam, dividiam suas tarefas, como as tribos se organizavam, deixa bem claro a sua visão e compreensão acerca do indígena, como inferior a cultura do homem branco:

Quasi todos pintavam o corpo em fôrmas a capricho, com tinta negra tirada da sapucaia, e a logares como na face e nos pés com um fino vermelho que extra-hiam do urucú. Alguns sarjavam o corpo com riscos abertos com o dente de cutia, instrumento que lhes servia de lanceta, quando sangravam [...]Outros bandos furavam os beiços, principalmente o inferior, pondo no buraco um grande *botoque*, pelo que foram pelos Europeos chamados Botocudos [...]A divisão do trabalho, segundo os sexos, reduzia-se á seguinte. Os homens aprestavam as armas, iam á guerra, assentavam e construíam as *tabas* ou povoações e tratavam da caça, e da pesca, e de fazer a roça. As mulheres se occupavam das sementeiras e plantações, fabricavam a farinha, e preparavam as bebidas; carregavam nas transmigrações os fardos e as crianças, faziam os utensílios cazeiros, e cuidavam das aves e animaes criados em casa para regalo, os quaes nunca matavam para comer (Santos, 2012, p. 5 apud Varnhagen, 1953, p.111 - 114; tomo I).

Referia-se aos nativos na maioria das vezes com adjetivos como “bárbaros”, “selvagens” ou mesmo as “gentes vagabundas”, o que era comum, a utilização desses adjetivos em sua época:

Essas gentes vagabundas, que guerreando sempre povoavam o terreno que hoje é do Brazil, eram segundo parece verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem commum, e falavam todas dialectos ' da mesma lingua, que os primeiros colonos do Brazil chamaram *geral*, e era a mais espalhada das principaes da America Meridional (Santos, 2012, p. 5 apud Varnhagen, 1953, p.99; tomo I).

Classificando-os em posição de inferioridade ao branco. Dissertando ainda sobre os indígenas, para ele, as guerras entre tribos não passava de selvajaria, levando-os a sua própria destruição. Não vendo as formas e os costumes indígenas, como educação ou formas de aprendizagem e conhecimento, não reconhecendo a multiplicidade cultural, étnica e linguística das diferentes tribos, que aqui existiam:

Na narrativa acerca dos costumes o autor peca em não dar um enfoque a didática, as formas de ensinamentos e aprendizagem dos gentios. [...] As 'gentes vagabundas' guerreavam constantemente entre si, caminhando sozinhos para a própria destruição. E seguindo sua narrativa e interpretação em relação aos conflitos entre as tribos o autor acaba por reduzir toda a miríade de tribos e etnias indígenas, com dialetos e costumes diversos e diferentes a uma única raça, o Tupi (SANTOS, 2012, p. 5).

Como vimos o nativo só é importante, segundo a História Geral do Brasil de Varnhagen a partir da colonização e de sua catequização e como serventia de mão-de-obra para o colonizador. Para ele, antes da chegada do homem branco, esses povos estavam jogados a selvajaria, ao pecado, por este fato o colonizador se torna bem feitor dessa grande empreitada, “desbravar” essas terras levando o desenvolvimento e a evolução aos povos gentios. A escravização se torna fundamental para manutenção da colônia e o trabalho indígena exploratório o torna digno de humanidade³.

Para ele os nativos são preguiçosos e vagabundos por não terem se adaptado ao modelo de exploração da colônia, demonstrando valor algum às suas crenças e tradições, desprezando o que os indígenas sentiam e acreditavam.⁴

Observando os trechos de Varnhagen podemos fazer diversas discussões acerca de como o autor pensa, ver, compreende e interpreta as populações nativas. Porém, uma entre tantas nos chama atenção; Varnhagen considera as populações

³ Assim longe de condenarmos que se fizesse uso da coacção pela força para civilisar os nossos Índios, estamos persuadidos que não era possível haver empregado outro meio; e que delle havemos ter que lançar mão nós mesmos, em proveito do paiz, que augmentará seus braços uteis, em favor da dignidade humana, que se vexa em presença de tanta degradação, e até em beneficio desses mesmos infelizes, que ainda quando nas nossas cidades passassem à condição em que se acham os nossos Africanos [...] (Santos, 2012, p.7-8 *apud* Varnhagen, Discurso Preliminar, 1953, p.XXI; tomo II).

⁴ Se eram porêem tam favorecidos nos dotes do corpo e nos sentidos, outro tanto não succedia com os do espirito. Eram falsos e infieis; inconstantes e ingratos, e bastante desconfiados. Além de que desconheciam a virtude da compaixão. Não tinham ideas algumas de sã moral; isto é, da que nasce dos sentimentos do pudor e da sensibilidade, da moral que respeita o decoro e a boa fé; e eram dotados de uma quasi estúpida brutalidade, e difíceis de abalar-se de seu gênio fleugmatico-. (Santos, 2012, p.7 *apud* Varnhagen, 1953, p.130-131; tomo I).

nativas que aqui viviam “selvagens”, “gentias”, “bárbaras” incapazes de civilização, como já mostramos em seus trechos. Para ele todas as formas e estratégias que os colonizadores utilizaram para se infiltrarem nessas terras, foram justas e cabíveis. Varnhagem condicionou os indígenas a outro campo e não o da história, afirmando que “de tais povos na infância não há história: há só etnografia” (MONTEIRO, 2001, p.3 *apud* Varnhagen, 1980 [1854], 1:30).

Para moderar nossa discussão sobre Varnhagen, observamos que este “revolucionou” a forma como se buscou conhecer a fundo a história do Brasil, fazendo inúmeras pesquisas nos arquivos públicos e estrangeiros. Através de sua obra podemos compreender os aportes historiográficos que predominavam em seu tempo, pelo menos parte dele. Cabe destacar sua relação com a produção histórica no país, mais propriamente em Portugal, onde passou maior parte de seu tempo. O índio, para Varnhagen em sua essência: com seus costumes, tradições e organização social, não era a maneira correta ou digna para se viver. Para ele, o modo que viviam e as próprias populações nativas não traziam algum benefício para a construção de uma nação ou identidade nacional.

1.3 CAPISTRANO DE ABREU, O “NOVO POVO BRASILEIRO” (1853-1927)

Notamos que anteriormente o nativo tinha apenas papel secundário na história do Brasil, idealizada pelo dominador e seu sucesso da colonização nas obras dos intelectuais anteriores. Percebemos nas obras de Capistrano de Abreu, inclusive em *Capítulos de História Colonial*, publicado em 1907, que os indígenas ganham mais espaço, ganham certo protagonismo na história colonial de Capistrano, que estudou a língua, os costumes, a cultura, e temas até então considerados impróprios ou irrelevantes para história do Brasil por seus colegas intelectuais de sua época. Como BEIER (2006) mostra em seu trecho abaixo:

Assim, foi apenas depois de um período de meio século, marcado por uma historiografia que preferia deixar de lado a participação dos índios na História do Brasil, que esses sujeitos vão começar a ganhar algum protagonismo nas obras de Capistrano de Abreu. O estudo dos indígenas, seus costumes e cultura começavam a entrar no contexto daqueles que pensavam e construíam a história pátria (BEIER, 2006, p. 4).

Torna-se inovador, não somente por este aspecto, mas também porque ele percebe a história por outro viés, o do não dominado, amplia o horizonte histórico e metodológico, utilizando novos suportes:

[...] Capistrano faz uma reviravolta na historiografia brasileira por sua posição teórica atualizada, seu conhecimento incomum dos fatos, seu novo ideal de história do Brasil. Os seus artigos de 1879 revelaram a influência positivista, não só na investigação como na interpretação dos fatos, da história do Brasil. [...] Mas o convívio com autores alemães o faz ir à procura das realidades, segundo ideais não-positivistas. [...] Ele recusa os determinismos geográfico, climático, e racial, bem como o evolucionismo. Historicista, percebe que a vida em seu mistério pede um tratamento diferenciado da natureza. Seus estudos sobre história íntima, festejos, família, procurando a diferença, a individualidade, as significações, o afastam do que é típico, regular, constante. A ação humana não submete a regras e leis gerais (REIS, 2007, p. 93 *apud*, RODRIGUES, 1963 e 1965).

Ao contrário de muitos intelectuais que tinham uma visão desprezante dos costumes dos povos indígenas, Capistrano os via dotados de sentidos e talentos artísticos, reconhece o duro processo de miscigenação e aculturação causado à cultura dos povos indígenas:

Entre eles contavam-se o curador, pajé ou caraíba, senhor da vida e da morte, [...] Tinham os sentidos mais apurados, intensidade de observação da natureza inconcebível para o homem civilizado. Não lhe faltava artístico, revelado em produtos cerâmicos, trançados, pinturas de cuia, máscaras, adornos, danças e músicas. Das suas lendas, que às vezes os conservavam noites inteiras acordados e atentos, muito pouco sabemos: um dos primeiros cuidados dos missionários consistia e consiste ainda em apagá-las e substituí-las (ABREU, 1998, p. 22).

Capistrano é consciente do apagamento que sofreram muitos dos costumes, das lendas, dos comportamentos, entre outros aspectos, que compõe o conjunto cultural dos povos indígenas. Realizado com muito esforço, principalmente pelos Jesuítas na catequização dos indígenas que se submeteram aos aldeamentos, onde adquiriram a fé cristã, se distanciando de suas tradições iniciais e incorporaram novos aspectos culturais em suas tradições.

Vale lembrar que assim como muitos intelectuais de sua época, Capistrano acreditava que os índios iriam desaparecer, acreditando que com o contato do branco, iria “desvirtuar” os indígenas, pois ainda prevalecia a ideia de pureza, de prejudicar a “moral” do índio, como mostra CONTIJO (2010) em seu artigo: *Capistrano de Abreu, viajante*:

Como muitos estudiosos de seu tempo, Capistrano acreditava que os índios estavam prestes a desaparecer, chegando a afirmar, por exemplo: 'em todo caso, viro as costas à História; não faltarão Tácitos e Suetônios: os pobres índios sumir-se-ão do mundo; quero apenas que não vão sem acompanhamento ao túmulo'. Mas, ao contrário da ideia prevalecente ao longo do século XIX, esse desaparecimento não ocorreria em função da decadência ou da degeneração dos índios devidas a fatores raciais ou naturais. Esse desaparecimento é relacionado pelo autor ao contato dos indígenas (visto como nocivo) com o elemento branco, representado pelas figuras do seringueiro, no Brasil, e do caucheiro, no Peru. Por vezes, o contato com o próprio estudioso poderia contribuir para "desvirtuar" índios que, de outra forma, manteriam sua 'pureza' inerente. [...], afirmou: "o índio não resistiu a um ano de contato com os civilizados e está ficando ruim. Estou agora procurando meio de reexportá-lo". Acreditava que a 'má companhia urbana' teve efeito nocivo sobre a moral do índio Mogóí, de modo que ele 'ficou impróprio para morar entre os seus" e, na cidade, deteriorava-se a cada dia' (CONTIJO, 2010, p. 14).

Isso também se deve por conta da grande influência da dissertação de Von Martius, sobre as pesquisas dos intelectuais brasileiros. Segundo (CONTIJO, 2010, p. 15) "Essa espécie de retórica da perda ou do desaparecimento dos indígenas vigorava desde o século XIX, e a obra de Martius era paradigmática, no caso brasileiro. O trabalho escrito por esse naturalista alemão com Johann Baptist von Spix, *Viagem pelo Brasil* (publicado na Alemanha em 1823), era considerado como um "esplêndido companheiro" por Capistrano".

Ao desenvolver trabalhos de cunho etnográficos, com os Bakairi e Kaxinawá, entre outros, estudando a língua desses povos, tinha por objetivo compreender a "gênese" brasileira, e para isso estudar a língua dos povos indígenas se tornou essencial para tal compreensão. Embora não tenha continuado seus trabalhos em busca de uma história indígena.

1.4 GILBERTO FREYRE E O MITO DA "DEMOCRACIA RACIAL" (1930)

Gilberto Freyre (1930) é outro "intérprete" que também teve e continua sendo referência na historiografia brasileira, autor de *Casa grande e senzala*, publicada em 1933, obra de interpretação do Brasil mais conhecida do país e mais traduzida e editada no exterior. Obra vasta e volumosa, na qual se destacam *Sobrados e mocambos* (1936) e *Ordem e progresso* (1959) (REIS, 2007, p. 48).

Quanto ao indígena Freyre na década de 1930, traz com *Casa-grande e senzala*, uma abordagem inovadora para a época, ao inserir conjuntamente os três elementos de nacionalidade – branco, índio e negro – incorporando pela primeira

vez na historiografia as indicações de Martius em “Como se deve escrever a história do Brasil”. Sem se deter nas críticas quanto a sua tão criticada “tese de democracia racial”, basta ressaltar que Freyre utiliza designações como “raça atrasada” ou “bandos de crianças grandes” para se referir aos indígenas em sua tríade nacional. Em outro texto, ao se referir à exploração dos “sertões” do Brasil, utiliza o termo “autocolonização” para definir a ocupação por brasileiros dos imensos “espaços vazios” do interior (ver Freyre, 1987) (PORTELA, 2009, p.153).

Ele opta pelo passado e não vê, em sua ânsia de descrevê-lo como “o melhor tempo do Brasil”, nenhuma contradição, tensão problemas, obstáculo, dificuldade. A defesa de Freyre foi feita no momento de crise: ele vê aquele “mundo que o português criou” naufragando, contestado por outro lado, e o surgimento de um novo Brasil. Ele, então, vira as costas ao novo e se lembra com deleite, com paixão, sem censura e reservas, do Brasil das elites patriarcais. (REIS, 2007, p. 60)

Ao fazer isso é como se Freire fechasse os olhos para os complexos processos da colonização, de aculturação, assassinatos, genocídios, estupro, epidemias, escravidão, exploração que entranhavam a gênese da colonização. E das relações entre índios, negros e brancos numa “harmonia” que na maioria das vezes não prevaleceu no período colonial. Como num passe de mágicas que evapora o lado ruim e permanece o lado “bom” da colonização.

1.5 SERGIO BUARQUE DE HOLANDA E O “FUTURO OTIMISTA DO BRASIL” (1936)

S. B. de Holanda ao interpretar o Brasil em sua obra *Raízes do Brasil*, publicada em 1936, busca pela transformação do país superando o passado colonial, a nossa “herança ibérica”, como ele chama. Buscou no estudo das “raízes ibéricas”, especialmente em Portugal e Espanha, as nossas “raízes coloniais” compreender a sociedade brasileira. Para isso, compara a ação dos colonizadores portugueses e holandeses, evidenciando a facilidade do português em se adaptar aos “trópicos”, como também acredita que o atraso econômico em relação às outras nações, é resultado da falta de organização e das relações caracterizadas pelos valores “personalistas e cordiais” que sedimentara a base de nossa cultura, impedindo a construção de um país democrático.

Quanto ao índio, Buarque de Holanda fala da sua “prestimosa contribuição para a indústria extrativista, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação de gado” (HOLANDA, 1995, p.48). Na relação com o índio, mostra que o colonizador incorporou sem maiores dificuldades, alguns dos hábitos indígenas, como o dormir em redes à maneira indígena, comer o que cultivavam, como a farinha de mandioca, milho, entre outros alimentos. Também fala da resistência dos indígenas ao trabalho escravo dos canaviais, compreendendo-os como seres que:

Difícilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico, que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem [...] o resultado eram incompreensões recíprocas que, de parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante (HOLANDA, 1995, p. 47- 48).

Percebemos neste trecho que S. B. de Holanda, não os vê como seres “preguiçosos”, ou “atrasados” culturalmente, mas como sujeitos ativos na colonização, que executaram trabalhos mais próximos de suas estruturas culturais e resistiram à aqueles que não eram possíveis a sua adaptação, incorporando o papel do indígena, e logo depois o do negro na formação do Brasil. Buarque de Holanda (1936) os compreende como elementos que não podem faltar para a compreensão do que é o Brasil. Assim como Freyre (1930), também compreende a formação do povo brasileiro constituído através da mistura étnica das três “raças” bases o índio, o negro e o branco.

Lembramos que esta incorporação de sujeitos históricos antes excluídos da historiografia brasileira se deve ao fato da geração de intelectuais que S. B. de Holanda e Gilberto Freyre (1930), entre outros, pertencem. Incluiu-se no pensamento brasileiro, outros personagens, da história do Brasil:

Este passou a defender a inclusão de negros, índios, mulheres, pobres de todo o tipo, enfim de todos os marginalizados da sociedade oligárquica, do passado, os quais deverão ser integrados à sociedade brasileira do futuro. O Brasil não teria futuro excluindo a sua própria população do gozo dos direitos da cidadania (REIS, 2007, p. 118).

Onde a perspectiva culturalista história, esteve presente nos anos 1930, utilizada por esses intelectuais, para compreender a formação da sociedade brasileira, “onde as principais interpretações do Brasil moderno construídas, tinham

compreensão mais exata do país: analisavam a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, as relações entre a burguesia brasileira e o capitalismo associado, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, as regiões e a nação, a formação do povo e a multiplicidade racial” (REIS, 2007, p.118).

Embora haja essa incorporação, ou melhor, dizendo, “participação” desses sujeitos na história do Brasil por alguns autores até aqui comentados, como vimos anteriormente, os trabalhos sucedem abordando outras temáticas, reservando aos povos indígenas, “após a historiografia tradicional, o silêncio da historiografia posterior, restringindo o estudo dos indígenas à antropologia”. Trabalhos como o de Caio Prado Junior (1977), *Formação do Brasil Contemporâneo*, que são referências importantes para a compreensão do processo de formação histórica através da corrente histórica marxista, mas via os indígenas como “obstáculos superados”, como mostra a historiadora Cristina Portella (2009):

De fato, Prado Júnior (1977, p. 79), atento à formação de uma sociedade moderna, demonstra que o índio foi ‘o problema mais complexo que a colonização teve de enfrentar’, neste sentido, ele considera que, sem uma ação agressiva por parte do governo, muitas capitâneas não teriam se constituído (o que não deixa de ser uma verdade!), e complementa sua análise dizendo que, após essas atitudes, o índio deixou de ser um ‘problema’. Entende que o fato de ‘deixar de ser um problema’ fez com que os indígenas ‘desaparecessem’ completamente da história do Brasil moderno. Aí se encontra o equívoco! Sintomaticamente, o índio não aparece mais na obra de Prado Jr. nem dos historiadores contemporâneos a ele. Categoria do passado, diluídos num projeto de modernidade, restaria à antropologia atribuir-lhes um papel. Vainfas explica que índios e negros eram ‘povos que Caio Prado desqualifica um pouco por causa da escravidão, outro tanto pela inferioridade cultural e racial que lhes atribui de antemão’ (1999, p. 7). Nesse sentido, o pensamento de Caio Prado Jr. parece não se distanciar muito dos clássicos da historiografia brasileira (PORTELLA, 2009, p. 153).

Nesse sentido, embora haja mudanças significativas desde Vanrhagen á Buarque de Holanda, sobre as representações, visões, e participação dos povos indígenas na história e formação do Brasil, o que ainda prevalece tanto na historiografia tradicional do século XIX e na historiografia do início do século XX, é a exclusão dos povos indígenas, quanto sujeitos ativos na história do país. Mesmo com a “participação” identitária, na formação do país, onde compõe o conjunto das três raças, esses sujeitos históricos para essa história, permanecem congelados no passado, e sua ação na maioria das vezes é concedida em segundo plano.

Vale lembrar da existência de outros intelectuais relevantes na historiografia brasileira, que não foram apresentados e nem discutidos aqui. Mas como dissemos anteriormente, fizemos a escolha destes, por conta de sua aproximação e por se constituírem peculiares na historiografia brasileira acerca do nativo, objeto de estudo de nossa pesquisa e por serem referências para a compreensão da formação do Brasil.

Cada pensador com suas peculiaridades, exageros, diferentes percepções acerca do mesmo Brasil, com seus diferentes sujeitos e personagens da história brasileira. Muitos deles autodidatas no campo da pesquisa histórica, homens “filhos de seu tempo”, inseridos em momentos diferentes em que o Brasil vivia. Porém é de grande importância analisá-los de forma crítica e sensível ao focalizarmos na representação, significação e até mesmo exclusão que as produções desses autores deram ao longo desses anos aos povos nativos na história do Brasil. Idealizados pela historiografia nacional como indivíduos irrelevantes e dependentes da colonização, onde muitos dos intelectuais almejavam a continuidade do que o Brasil foi e poucos intelectuais almejavam um Brasil novo, mas este Brasil novo também na maioria de suas obras não tinham espaço para as populações nativas, ou seja, as encaravam com pessimismo, relegando o futuro das populações indígenas a sua extinção.

2 O ÍNDIO E O DISCURSO DA INEXISTÊNCIA INDÍGENA NO PIAUÍ

2.1 HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE E AS “INSTITUIÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS”

Seguindo a sistemática de Terezinha de Queiroz sobre a historiografia piauiense, onde em seu livro *Do Singular ao Plural*, no capítulo “*Historiografia Piauiense*”, a autora divide a historiografia em três momentos mais expressivos: “o primeiro momento, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, às décadas de 1950 a 1970 e ao período iniciado nos anos 1980 até 2000” (QUEIROZ, 2006, p. 141). Analisamos o segundo momento, que os intelectuais estão preocupados em dar visibilidade a história do Piauí, de incluí-lo na história nacional. Estão interessados em produzir uma história mais recente, onde trazem temas como economia, história, independência, governos, colonização e povoamento, aspectos que marcam este segundo momento da historiografia.

Este período também é marcado pela atuação do Centro de Estudos Piauienses, o (CEP), criado em 1951 por Raimundo Nonato Monteiro Santana, Monsenhor Chaves e Odilon Nunes e pelo Movimento de Renovação Cultural. Esses pesquisadores trabalharam intensivamente com a documentação primária, sobretudo Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, e produziram livros que ainda hoje são referência na historiografia piauiense (QUEIROZ, 2006, p.150). O CEP tinha por objetivo realizar pesquisas sobre o Piauí, de ampliar o conhecimento histórico acerca do estado.

Outro importante meio de produção e veiculação para as produções historiográficas foi a revista *Econômica Piauiense* criada por Raimundo Nonato Monteiro de Santana. A revista fez um total de 10 números, com artigos, compêndios, cujos focos principais dos pesquisadores eram a economia e a sociedade (QUEIROZ, 2006, p.150).

Como podemos perceber a historiografia piauiense nesse segundo momento é marcada pela a atuação das instituições, da revista e do movimento de renovação cultura nas pesquisas sobre o Piauí. Nesse sentido vemos o que Certeau (2010) falou a respeito da relação entre a produção historiográfica e as instituições politico-culturais. Segundo o autor, o fazer histórico está ligado a uma instituição que influirá diretamente na produção historiográfica, assim a pesquisa historiográfica se articula com um “lugar social”, o “lugar de produção”:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2010, p. 66).

A instituição serve tanto para dar estabilidade social aos historiadores quanto para proporcionar credibilidade ao seu discurso, pois é ela que aprova as leis da aceitação de um trabalho científico, isto é, que legitima a qualidade de uma obra perante os seus pares intelectuais (MOURA, p. 2). Através da instituição podemos compreender os interesses que a produção historiográfica busca em atender:

Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou 'edificante'), nem a-tópica (sem pertinência) [...] Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas, "científicas" e de uma escrita. [...] A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas (CERTEAU, 2010, p. 66-77).

Nesse sentido a produção histórica as do CEP, da Econômica Piauiense e as influências do Movimento de Renovação Cultural somaram para o conhecimento histórico sobre a história do Piauí. Abrangendo diversos temas, elevando assim o número de produções textuais sobre o Piauí. Quanto ao "tema" indígena permanece secundário, somente citado através da colonização. A monografia intitulada *Índio no solo piauiense de Monsenhor Chaves*, que mais tarde se tornará um dos capítulos do seu livro: *Obra Completa (2013)*, reeditado pela terceira vez em 2013, é a junção de várias de suas pesquisas no decorrer de sua carreira. Na qual analisamos como este pesquisador percebe o indígena e em seguida faremos análise análoga na obra de Odilon Nunes em *Pesquisas para a História do Piauí (2007a)*.

2.2 MONSENHOR CHAVES, O "HISTORIADOR DAS CLASSES SUBALTERNAS"

Padre Joaquim Raimundo Ferreira Chaves foi licenciado em Filosofia, professor, pertenceu a Academia Piauiense de Letras, ocupou a cadeira de número 23. Sua adoção ao ofício de historiador ocorreu em 1951, quando publicou o *Teresina-Subsídios*,

publicado pela Prefeitura em 1952. Nesses tempos ingressa no (CEP), onde encontrou Odilon Nunes, que passou a ser para ele um orientador no campo da pesquisa histórica.⁵

Monsenhor Chaves consagrou-se na historiografia local, por suas inúmeras pesquisas sobre o Piauí e também por ser considerado o historiador das “classes subalternas”, segundo Queiroz (2006, p.152): “Chaves renova a forma de escrever história,” por incluir temas até então incomum entre seus companheiros de pesquisa, como os índios, vaqueiros e escravos. Isso se deve ao fato de a “vida prática por lidar diuturnamente com pessoas mais simples”, tendo isso influenciado diretamente a sua maneira de escrever:

[...] ele já concebia a história de um ângulo que ainda não era o dominante mesmo para a historiografia brasileira. Seu modo peculiar de fazer história, e esta é uma hipótese de trabalho, parece estar menos relacionado ao acesso à renovação no campo historiográfico, à reflexão dos historiadores, e mais a um elemento que se incorpora ao seu trabalho através da vida prática de lidar diuturnamente com as pessoas mais humildes, com problemas mais humanos e mais particulares. Imagino que o ofício sacerdotal de Monsenhor Chaves, é que tenha contribuído para que sua história incorpore essa diferença em relação à historiografia de seus contemporâneos, inclusive de seu principal mentor, Odilon Nunes (QUEIROZ, 2006, p.152).

Embora sua forma de escrever se diferenciasse dos demais, sua história acerca do povoamento do Piauí começa por quem ele de fato acredita ter começado o povoamento, pelos colonizadores. Entende como povoamento aquele feito pelos europeus, desconsiderando a presença indígena. A presença indígena só é citada após a do o colonizador:

A primeira notícia pormenorizada e segura que possuímos sobre as condições de povoamento, no Piauí, em fins do século XVII, nos foi dada pelo Pe. Miguel do Couto, no precioso documento que Ernesto Ennes publicou em “As Guerras do Palmares”, intitulado- “Descrição do Sertão do Piauí, remetida ao Ilmo. Revmo. Sr. Frei Francisco de Lima. Bispo de Pernambuco. Serafim Leite reputa sobre este documento como mais notável importância para primitiva história do nosso Estado. Isto era o fim do mundo. [...] Era tudo o que sabiam as autoridades a respeito do Piauí: uma

⁵ QUEIROZ, Teresinha. **De amor e de livros**. In: CHAVES. **Obra Completa**: 2013. Nesse mesmo período Chaves também produziu *Teresina: subsídios para a história do Piauí (1952)*, *O índio no solo piauiense* (na mesma época). Patrocinado pelo Movimento de Renovação Cultural, surgiu a série de cadernos: *Como nasceu Teresina (1971)*, *O Piauí na Guerra do Paraguai (1972)*, *Campo Maior nas lutas pela independência do Brasil (1971)* e *A escravidão do Piauí (1998)*. Em 1993, estas monografias foram agregadas em um só volume, com título *Cadernos Históricos*, sob iniciativa da Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves. Após a produção da série de cadernos, em 1975, foi publicado *O Piauí nas lutas da independência do Brasil, Apontamentos biográficos* em 1981 e *Obra completa* em 1998, volume único (QUEIROZ, 2006, p. 151-152).

imensidão quase desconhecida, imprecisa, sem limites definidos, povoada de tapuias bravos lutando uns contra os outros, e contra o branco usurpador (CHAVES, 2013, p. 125).

Um dos pontos a salientar neste trecho de seu texto é a confiança dada ao documento que o autor considera como fonte mais segura para comprovar o povoamento “de fato” no Piauí. Embora reconheça a ação violenta do “branco usurpador” contra os índios, pela dominação de terra. A historiadora Jóina Borges (2004) traz uma discussão acerca da exclusão dos indígenas no povoamento e na história do Piauí, em seu livro *A História Negada: em busca de novos caminhos*, nos chama a atenção para o espaço negado aos indígenas na historiografia piauiense:

Como falar, então, de povoamento em uma área já povoada? O velho eurocentrismo é a resposta. O que deveria ser mais especificamente relatado como colonização, intrusão estrangeira, invasão ou conquista, é tratado pelo título de *povoamento*, como se o espaço tivesse vazio, sem gente. Pois da mesma forma que não se dá aos povos indígenas um lugar no tempo senão sob a ótica da colonização (aparecem sempre associados a momentos de exploração: extrativismo do pau-brasil, missões jesuíticas, trabalho escravo, nunca sob sua própria dinâmica social e histórica), também não se dá a eles um lugar (eles estão *pré-história*, no *pré-tempo* e *pré-espaço*) (BORGES, 2004, p. 81).

O *índio no solo piauiense*⁶ segue descrevendo os aspectos geográficos e climáticos, caracterizando-o como “corredor de migração” das “tribos selvagens da bacia do São Francisco e do litoral para a bacia do Amazonas e vice-versa”. Sempre sob a ótica da colonização, relatando-os continuamente “em guerras”, “migrações” que logo após foram “conquistados”, o autor estabelece assim uma relação entre conquistadores (brancos) e conquistados (índios):

Tupis, Tapuias e Caraíbas, em guerras e contínuas migrações, pisaram o solo piauiense cruzando-o nos dois sentidos. Na hora da conquista, só não foram encontrados representantes do grupo aruaque (CHAVES, 2013, p. 126).

A relação estabelecida entre conquistadores e conquistados, presente na escrita de Chaves nos remete a uma disputa de espaço. Restringindo assim as ações dos indígenas na história do Piauí apenas em torno de guerras, onde a dualidade selvagem/ingênuo, paz/guerra se tornaram marcantes nas narrativas dos

⁶ (CHAVES, 2013, p. 125-146)

pesquisadores como Lima Sobrinho (1946)⁷ e Padre de Melo (1993)⁸ que são referencias para Chaves (2013) e Odilon (2007) ao construírem as narrativas para a história do Piauí:

Há, claramente, uma dubiedade nas informações sobre as relações entre os Tremembé e portugueses. Verifica-se que os gentios do litoral apareceram na literatura da época e nos historiadores atuais, ora em paz ora em guerra com os colonizadores. A que se deve essa dubiedade de informações e de comportamento dos índios? A resposta passa pelas relações entre índios e brancos que não eram apenas relações de explorador/explorado, dominador/dominado, tão pouco colonizador/colonizado. Os primeiros contatos se efetivaram através de relações mais complexas que envolveram inclusive o comércio e as alianças políticas (BORGES, 2004, p. 88).

É muito incerto afirmar que invasores e nativos sempre estiveram em condição apenas de luta e de guerra, resumir as relações de contato de ambos apenas nestes dois pontos. A condição do sujeito indígena, apenas de derrotado, perdedor e do branco como vencedor, é tentar simplificar as complexas relações que se deram entre índios, brancos e negros no complexo processo de colonização. Contradições, guerras, lutas e assassinatos estiveram presentes nas relações e não podemos perdê-las de vista. Mas mantiveram também situações em que as relações “pacíficas”, de comercialização, de interesses mútuos também foram possíveis. E essas relações pacíficas, foram rompidas de acordo com o desenrolar dos fatos, e dos interesses de ambos, que se modificavam continuamente⁹.

Chaves depois do enfoque do “povoamento” separa duas páginas do seu trabalho a falar das supostas tribos que habitavam, o solo do Piauí, com o título “Índios do solo piauiense”. São mencionadas 46 tribos no total, dividindo-as por regiões, do norte ao sul do estado, e falando de alguns costumes, como “caça,

⁷ LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O devassamento do Piauí**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

⁸ MELO, Padre Cláudio. **A prioridade do norte no povoamento do Piauí**. Teresina: Gráfica Mendes, 1985.

⁹ A história que não entende que índios e brancos foram em alguns momentos *parceiros*, sempre continuará vendo o índio como aquele inocente que trocava o pau-brasil por bugigangas, e não como aquele que comercializava madeira por foices, machados e facas de ferro. Ele nunca é sujeito, é sempre “coitado”. Do tipo de comércio realizado entre índios e os estrangeiros (cabem aqui portugueses, franceses, espanhóis, ingleses e holandeses) a história se cala, pois ele não está no âmbito da *lógica da* colonização, no entanto atendeu, durante certos momentos aos interesses de ambos os lados. A quebra de interesses transformaria os comportamentos de alianças e, em alguns casos, guerras. Assim como quando a política colonial de um governo geral impôs novas regras de convivência, “as relações alteram-se, tensionadas pelos interesses em jogo que do lado europeu, envolviam colonos, overno e missionários”(BORGES, 2004, p.88-89 apud CUNHA, 1992, p. 15).

pesca, e características: como corte de cabelo, tamanho do cabelo de algumas tribos, como a dos “selvagens Amopirás”, (CHAVES, 2013. p.128). No entanto seu “mapeamento” se restringe a uma constatação das 46 tribos de forma bem geral, sem muitos detalhes, o foco é realmente mostrar que essas tribos habitavam aqui e viviam em constante migração e lutas.

No tópico “*As guerras da conquista*”, fala de várias expedições realizadas para aniquilar os índios que impediam a passagem dos “conquistadores”, fala do processo ocupação, guerras, morticínio, perseguição, extermínio, relatando vários casos de atrocidades cometidas pelos “conquistadores”. Aborda a resistência dos “selvagens”, “silvícolas” do levante geral dos Tapuias comandado por um índio considerado por ele “não bárbaro” porque já era um índio educado pela Companhia de Jesus, chamado Manu-Ladino (CHAVES, 2013, p.136-138).

No tópico seguinte “*Última fase da conquista*” como seu próprio subtítulo indica, faz-se uma delimitação do fim das guerras entre índios e brancos, “selvagens e civilizados”, aponta que são exterminados por completo e foram “assimilados a civilização”. Finda aqui a participação do índio na história no Piauí de Chaves. Acabam os conflitos, os que resistiram foram dizimados e os que sobreviveram deixaram de ser índios:

Em 1793 há o último levante de índios no Piauí. São os Tapeçuás e Tapeçuás-Mirim que se levantam em Parnaguá. São batidos e arremessados para Goiás pelo Capitão Manoel Ribeiro Soares. Desde então não houve mais luta com índios na Capitania. As tribos mais indômitas tinham sido aniquiladas; os restos das outras estavam aldeadas e definitivamente pacificados (CHAVES, 2013, p. 144).

Chaves reforça a ideia de extermínio, para ele o índio encerra sua participação na história do Piauí após as guerras com o branco. As populações nativas que viviam nessa região sofreram violentamente o cruel genocídio. Não bastasse terem sofrido tamanha violência física, ainda sofrem com a tentativa de apagamento de sua história, foram negado a eles tempo e espaço na história do Piauí.

Sabemos que muitos grupos realmente foram dizimados e que infelizmente não tivemos possibilidades de sabermos sua história. Porém existem grupos que não foram por completo dizimados e que é necessário ouvir as memórias desses grupos, na tentativa de problematização com do seu passado e do presente. No

Piauí existem pessoas que estão passando pelo complicado processo de identificação quanto remanescentes indígena. Para Chaves o índio só está presente na colonização, após sua isso o “selvagem é assimilado à civilização” e, portanto deixa de ser índio.

2.3 ODILON NUNES E OS “AMERÍNDIOS MAIS ATRASADOS”

Odilon Nunes é outro pesquisador consagrado na historiografia piauiense por sua erudição e rigor documental, (Queiroz 2006, p.153) e também por suas inúmeras pesquisas sobre o Piauí¹⁰.

Odilon tem como referência para a construção de suas pesquisas, a historiografia local anterior ao seu período de produção, pesquisadores como Anísio Brito, Hermínio Conde, Antônio Freire, Higino Cunha, Abdias Neves, todos pertencem ao primeiro momento da historiografia piauiense. Se dedicaram a construir uma história para o Piauí, abordando temas como a colonização, economia, política, entre outros. Quanto à sua prática teórico-metodológica, sua perspectiva se baseia na história enquanto verdade que resulta de uma intensa busca documental, revelando seu viés positivista. Suas maiores simpatias parecem recair nos historiadores de tradição ranqueana, historiadores como Charles Langlois e Charles Seignobos, de Leopoldo von Ranque (QUEIROZ, 2007, p. 23-24).

Odilon antecede a Monsenhor Chaves em seu percurso de pesquisas e estudos sobre o Piauí. Nunes iniciará suas pesquisas mais precisamente na década de 1930, quanto a Chaves isso só ocorre a partir da década 1950. Porém, ambos fazem parte do mesmo núcleo de pesquisas, o CEP, onde colaboraram com a criação do mesmo. Foram companheiros de pesquisa, abordaram temas em comum

¹⁰ A “produção historiográfica de Odilon Nunes divide-se em dois momentos: no primeiro, foi professor e sementeiro de escolas nos sertões do Piauí e em outros estados do país. Só a partir de 1930, dedicou-se a pesquisa histórica. Em 1931 editou, por sua conta e risco, *O Piauí na História*, texto de caráter didático. Embora tenha iniciado suas pesquisas históricas nos anos de 1930, só na década de 1950, com a criação do Centro de Estudos Piauienses e da Revista Econômica Piauiense por R. N. Monteiro de Santana, Odilon Nunes passaria a publicar regularmente as primeiras versões de suas pesquisas, alicerces de sua obra mais importante, *Pesquisas para a História do Piauí*. Na década de 1960 o governo do Estado publicou os volumes das pesquisas. Em 1975. Editou-se, finalmente, a obra completa, constituída de 4 volumes”. QUEIROZ, Teresinha de. **Odilon Nunes: história e erudição**. In: NUNES. **Pesquisas para a história do Piauí**: 2007. v. I . Entre os quatro volumes de *Pesquisas para a história do Piauí*, (2007a; 2007b; 2007c; 2007 d.), o mais propício para a nossa reflexão é o primeiro volume da obra, pois neste primeiro volume Odilon aborda subtemas onde faz mais referência aos indígenas .

em suas pesquisas, desenvolveram, publicaram e tiveram suas obras reeditadas no mesmo período. Nunes também foi pesquisador eventual contratado pelo Governo do Estado do Piauí e pesquisador assíduo durante alguns anos no Arquivo Público do Piauí, localizado na cidade de Teresina.

Em *Pesquisas para a História do Piauí*, no volume I, em seu primeiro capítulo *Pré-história: primeiros contatos com a terra*, Odilon faz uma longa descrição das características geográficas, rios, relevo, clima. Caracteriza o Piauí como corredor de migrações dos povos indígenas, assim como Chaves. Aborda as diferentes rotas de entrada do homem a América, deixa clara a sua percepção acerca da presença primitiva dos povos nativos antes dos europeus, relatando as diversas tribos que habitavam a região que hoje se configura como o Piauí. Grupos indígenas como tupis, caraíbas, taquias e cariris. Porém refere-se a eles como os “aborígenes brasileiros mais atrasados da América”:

No passado mais remoto [...] palmilharam os vales de seus rios tribos dos principais grupos indígenas que povoaram o Brasil: tupis, caraíbas, taquias e, entre estes, os cariris. Como sabemos, eram talvez os aborígenes brasileiros mais atrasados (NUNES, 2007, p. 55).

Nunes tinha a visão de uma cultura menos “avançada” dos “indígenas brasileiros”, como ele os chamava, pois comparava o “grau de cultura” desses povos com outros povos que viviam em outras regiões da América:

As civilizações pré-colombianas em certas regiões das Américas, do México à Colômbia, bem como ao longo dos Andes e suas adjacências, a ocupar preferencialmente planaltos irrigados, revelam elevado grau de cultura. Sua organização social já tinha alçado à constituição de estado, com base na produção agrícola. [...] Já conheciam o ouro, a prata, o cobre, o estanho, o bronze, praticavam a fundição, a soldadura, enquanto os artefatos de metal revelam engenho, especialmente na ourivesaria, em que os artífices se tornaram exímios artistas (NUNES, 2007, p. 56).

Considerando-os de “cultura intermediária”, Nunes faz uma separação entre os povos que habitaram a América, em níveis de cultura, os de cultura “superior” e de cultura “inferior”. Fazendo uma comparação de suas culturas, na arte, na organização social, na cerâmica, entre outros aspectos:

Entre esses ameríndios e o aborígene brasileiro havia silvícolas de cultura intermediária. Contudo, eram talvez os brasileiros, na época do Descobrimento, os mais atrasados habitantes das Américas. Viviam nus e não poucos praticavam a antropofagia, não apenas em obediência a um

rito, o que por vezes ocorria, mas também levados pela necessidade alimentar, até mesmo pela voracidade. [...] Na cerâmica, especialmente do Amazonas, encontra-se, entretanto, urnas funerárias, alguidares, potes, com desenhos artísticos, de frescura no colorido, como se feitos recentemente. Muitos creem que os habitantes pré-históricos do Baixo-Amazonas tenham recebido influências de cultura superior, provindas de doutros centros da América. No Nordeste tem-se encontrados urnas funerárias que não tem o primor marajoara, mais demonstram a afinidade cultural das duas regiões (NUNES, 2007, p. 57).

O que sabemos acerca das diferentes tradições culturais dos povos que ocuparam a América, a exemplo, dos registros encontrados na Serra da Capivara, é que existiram povos autores das pinturas mais antigas, que são chamados de povos da *Tradição Nordeste*. Estes representaram, nas paredes, cenas de vida cotidiana e cerimonial de valor incalculável para a compreensão da história dos primeiros núcleos humanos que ocuparam o espaço que é hoje o Piauí, por milhares de anos numa área hoje considerada inóspita (BORGES, 2004, p. 57)¹¹.

Há aproximadamente 10.500 anos os povoadores talvez tenham enfrentados os primeiros problemas com outros povos, pois deste período são as primeiras manifestações pictóricas na Serra da Capivara, de povos que teriam vindo de outras regiões nordestinas (Tradição Agreste) e que deixaram representações bem diferentes da Tradição Nordeste. Nesta época teriam se iniciado os primeiros conflitos na região? A partir de nove mil anos houve uma alteração no estilo da Tradição Nordeste.

Os temas antes lúdicos e com valorização dos aspectos do grupo, em detrimento do individual, vão aos poucos se transformando e assumindo conotações de comunicação social e de maior agressividade (cenas de violência). Há de se ressaltar que essas modificações formam um processo, não há uma quebra de continuidade que caracteriza um outro grupo étnico a realizar o novo estilo. O que se verifica é o mesmo grupo cultural começa a demonstrar, através das pinturas, a existência de atritos internos, talvez pelo crescimento demográfico, já que fica evidente a presença de outros povos na região (BORGES, 2004, p. 58)

¹¹ Cronologicamente as primeiras representações pictóricas dessa tradição começaram em torno de 12000 anos BP. Pela antiguidade dos vestígios, pelo elevado número de sítios e pela diversificação estilística encontrados na região da Serra da Capivara, entende-se que esta área seria foco de origem da cultura desenvolvida por essas populações, que mais tarde, em torno de nove mil anos BP, teriam se dispersado para ocuparem também outras áreas, como Rio Grande do Norte, a Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. (BORGES, 2004, p.57 Apud ARAÚJO, 1998, p.63, MARTIN, 1996, p. 229).

O que percebemos são processos de desenvolvimentos humanos desencadeados de acordo com as alterações eventuais que ocorreram em seu cotidiano, o que levaram a criar formas de se relacionar com o meio em que viveram e com as casualidades que os afetavam em grupo ou em núcleos menores, para sobreviverem. Os registros de suas ações revelam seu cotidiano, seu modo de pensar e a necessidade de “guardar” suas memórias para gerações futuras.

Odilon (2007) com base em documentos oficiais fala das diferentes tribos que habitavam o que é hoje o Piauí: os Tremembés, Aroás, Cupinharões, Tabajaras, Amoipiras, Guanarés, Barbados, Caribuces, Caiáises, Aindoduçus, Guacinduces, Critices e Anapurus, entre outros. De uma forma geral o autor, neste primeiro capítulo condiciona a história do índio no estado, no tempo histórico “Pré-história” e vai até a chegada do colono, o índio participa dos eventos, como “perturbador dos currais”, onde são reprimidos por suas “rebeldias”. Relata os conflitos que se iniciam pela tomada de terra e as várias expedições contra os índios e os diferentes conflitos entre índios e índios, índios e portugueses, índios e franceses e portugueses. Observamos seu posicionamento, que ora enaltece os colonos e ora evidencia o massacre feito pelos mesmos contra os indígenas:

A atitude impolítica dos portugueses elevar-se-ia talvez a proporções sanguinárias, de extermínio do aborígene, se não fora a ação atenuante da Companhia de Jesus. [...] Eram 30 canoas, um barco grande, 140 soldados e 470 índios. Como se vê, era uma força poderosa e tinha propósitos punitivos, sob a alegação de que os Tremembés cometiam atos de pilhagem e homicídio. Seus objetivos são alcançados. Surpreenderam uma aldeia destes índios em número de mais de 300, dos quais só escaparam 37, tamanho era o furor dos atacantes (NUNES, 2007, p. 75-77).

Odilon analisa a história do Piauí, pelo o viés econômico. Neste primeiro volume, em relação ao indígena, resume sua ação apenas à guerras, rebeldias, conflitos que tiravam o sossego da recém povoação. Seu interesse é no colonizador, e sua responsabilidade para o desenvolvimento da economia piauiense, embora não deixe de falar de suas matanças e escrúpulos. Mas não questiona esses fatos, ou ao menos busca perceber o indígena em condição de humana, mas os percebe como “seres”, “gentios”, “almas” necessitados da catequese dos jesuítas. “Miseráveis indígenas” que aqui estavam largados à “barbaridade”.

Odilon não questiona a forma como se deu as “guerras justas”, pois para ele também como chaves os indígenas são considerados como “empecilhos” e

“atormentam a tranquilidade dos pequenos povoados”. Odilon reforça o discurso da inexistência desses povos no Piauí, pois ao analisar os documentos que tratam desses fatos, ele confiava que os documentos eram a base principal para se construir a história, afirmava a extinção desses povos em varias passagens de seu texto e coloca a ação dos colonizadores como verdadeiros “milagres” para a época:

O Poti e Canindé estavam povoadas de colonos e gados, e a presença de índios aí é nula. Itaueira estava mais ou menos desbravado e também não tinha índios. Estes incontestavelmente deveriam ser encontrados no Longá e no Gurguéia, rios ainda não de todo conquistados. Mesmo assim deveriam ser pequenas malocas, sem capacidade para a luta, senão para o furto. Posteriormente forem completamente eliminados sem nenhum poder de resistência. [...] Desde então, a correria dos indígenas são meros episódios da vida do Piauí [...] (NUNES, 2007, p. 104).

Odilon fala do domínio da terra entre posseiros e sesmeiros que brigam entre si por áreas mais férteis para a criação do gado. Aponta poucas insurreições indígenas que ainda “perturbam a tranquilidade dos colonos” como os Anapurús e os Crateús que desassossegam tanto Ceará como Piauí.

Descreve a criação da Capitania do Piauí em 26 de dezembro de 1717, a vila da Mocha, período em que se seguem algumas campanhas para conter os indígenas. A recém-capitania também coopera com campanhas que são realizadas pelas capitanias vizinhas como a do Maranhão. Nunes fala da redução dos povos indígenas na região do Piauí, da criação de aldeamentos indígenas, do desenvolvimento da pecuária, onde o vacum e cavalari são suas principais fontes de comércio.

No percurso que Odilon Nunes traça da história do Piauí, ele ainda aborda a economia agropecuária em desenvolvimento, a exportação das charqueadas no Porto das Barcas em Parnaíba, que atendia os mercados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Pará. A reação dos Gueguês gera uma nova campanha contra eles, a segunda campanha em represália à reação dos Gueguês. Posteriormente novas investidas com o governador serão realizadas contra os Pimenteiras, os Acoroás fugidos da primeira campanha, resultando no morticínio indígena na região:

Pegaram-se a força muitos índios e crianças; porém homens de guerra, poucos e a maior parte dos mais pereceram nestes encontros... e me assegura o Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco, que também andou no mato sobre eles, que seriam raros os que escaparam (NUNES, 2007, p. 171 apud CABACAP, p. 23).

Nunes enfatiza ação dos “primeiros governos”, como diz o título, procura descrever sua atuação e como administravam a recém-criada Capitania do Piauí, coadministrada também pelo o Maranhão, e suas medidas contra a ação dos indígenas que se rebelavam no período.

Em seu ultimo capítulo *Oligarquia indígena contra delegados de el-rei*, o pesquisador se debruça a compreender o período após o governo de Botelho de Castro, que é marcado por inúmeras campanhas em busca de coibir as ações das tribos, as quais conseguiram resistir e sobreviver após tantas investidas do governo em busca de sua captura, aprisionamento e escravização.

Tribos como os Gamelas, Acoroás, Pimenteiras, Gueguês, Tapacuás, Timbiras, sucumbiram, pois o maior objetivo de quem governava era adquirir lucro com a pecuária e expandir a extensão de terras para “povoamento”. Entre as tribos que sofreram a “guerra de devassamento”, como Odilon mostra, que até as tribos inimigas como os Gueguês e os Acoroás, acabaram se unindo para lutarem contra o inimigo comum, o colonizador. E no final do capítulo evidencia que “praticamente se extinguiram as lutas contra os indígenas”. Tanto em Odilon como em Chaves o discurso da inexistência dos povos indígenas que habitavam o estado é reforçado sobre a história do Piauí.

2.4 EM BUSCA DE UMA “NOVA HISTÓRIA INDÍGENA”

A “nova história indígena” que surge no Brasil percebe o sujeito histórico indígena de outra forma, diferente daquela criada pela historiografia nacional. Na verdade, aniquila a ideia de “índio sem história” criada pelos intelectuais do século XIX.

Essa mudança, segundo Cristina Pompa (2014), em seu artigo *Os índios, entre antropologia e história: a obra de John Manuel Monteiro se deve à “visibilidade política cada vez maior das populações indígenas vem colocando, desde a década de 1980, a exigência de reconsiderar a maneira indígena de pensar e de fazer a história, seja no que se refere ao período colonial, seja com relação à contemporaneidade, quando os próprios pressupostos coloniais parecem pautar, pelo menos na linguagem político-jurídica, as categorias construtoras de indianidade”* (POMPA, 2014, p. 64).

Nesse sentido a antropóloga e militante das questões indígenas Manuela Carneiro da Cunha em sua entrevista ao blog *O Globo* (2013) fala do marco que considera inicial as mobilizações em apoio aos direitos dos povos indígenas:

Eu colocaria como marco inicial o ano de 1978, ano em que, em plena ditadura, houve uma mobilização sem precedentes em favor dos direitos dos índios. Na época, o Ministro do Interior, a pretexto de emancipar índios de qualquer tutela, queria “emancipar” as terras indígenas e colocá-las no mercado. O verdadeiro debate centrava-se no direito dos índios às suas terras, um princípio que vigorou desde a Colônia. Nesse direito não se mexia. Mas desde a Lei das Terras de 1850 pelo menos, o expediente foi o mesmo: afirmava-se que os índios estavam “confundidos com a massa da população” e distribuía-se suas terras. Em 1978, tentou-se repetir essa mistificação. A sociedade civil, na época impedida de se manifestar em assuntos políticos, desaguou seu protesto na causa indígena. Acho que o avanço muito significativo das demarcações desde essa época teve um impulso decisivo nessa mobilização popular.¹²

A Assembleia Constituinte de 1988 inaugura uma nova compreensão dos direitos indígenas e define os aportes sobre a demarcação das terras, decorrente do crescimento populacional indígena que é essencial para o surgimento de novos debates como o dos direitos intelectuais dos povos indígenas sobre seus conhecimentos.

Destacam-se também o papel da antropologia em busca desta nova história indígena que é chamada a devolver hoje a “história nativa”, mediante o esforço hermenêutico de captar as categorias indígenas de apreensão e construção de temporalidade em função de um projeto de ação política. Nos trabalhos de hoje, o foco é a história indígena entendida como a maneira indígena de fazer a história, em seus próprios termos, o que implica a ideia de uma maneira diferencial de interpretar o devir. Eis então, por exemplo, que a consciência mítica se constitui como uma maneira de ler a história, não para afastá-la, mas para construí-la significativamente, constituindo-se como veículo de expressão da interpretação do processo social e determinando práticas de ação política (POMPA, 2014).

Manoela (1994, p.133) ver a necessidade de preservação e contribuição dos conhecimentos dos povos indígenas para o país, e fala do pacto que deve se estabelecer com os povos indígenas. Entende que a posição dos povos indígenas no país se desenhará de acordo com as relações que se estabelecem entre as

¹² Entrevista disponível em < <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/02/16/o-futuro-dos-indios-entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha-486492.asp> > Acessado em 13/07/2016.

diferentes etnias, estado e a comunidade internacional, depende da parceria de ambos:

Volta à surrada ideia do bom selvagem ecológico? Sim e não. Sim, como possibilidade de um papel importante para os índios no nosso futuro comum; não, porque esse papel não repousa sobre alguma essência que lhes seja atribuída. A posição dos índios no Brasil de hoje e de amanhã desenhar-se-á na confluência de várias opções estratégicas, tanto do Estado brasileiro e da comunidade internacional quanto das diferentes etnias. Trata-se de parceria (CUNHA, 1994, p.134).

Nesta nova perspectiva em que se concentra Manoela, são os próprios indígenas que definem seu futuro, são os diferentes interesses das diferentes etnias que decidem o que é melhor para cada uma. São os indígenas os próprios sujeitos de sua história, são eles que escrevem o seu futuro e estão efetivamente presentes na história do Brasil. Nesta mesma linha de compreensão de estudo acerca da história dos povos indígenas destaca-se Jonh Monteiro, historiador, antropólogo, publicou diversos trabalhos, livros. Orientou diversas pesquisas que contribuiu para o conhecimento histórico das populações indígenas no país, renovou os aportes teóricos construindo uma ponte entre antropologia e história:

Os ganhos teóricos e metodológicos que a história indígena, como perspectiva epistemológica, mas também como conjunto de *fatos*, tem proporcionado à etnologia e à historiografia, pelo menos desde 1985, são devedores da obra do mais competente e dedicado estudioso de história indígena no Brasil: Jonh Manuel Monteiro. O trabalho de Jonh tem permitido à reflexão antropológica a respeito da história alcançar seus frutos maduros, bem como tem enriquecido extraordinariamente a pesquisa histórica brasileira, ao introduzir na consciência historiográfica nacional atores tão poderosos quanto programaticamente excluídos da grande narrativa da nação, os povos indígenas (POMPA, 2014, p. 65).

Tanto Jonh como Manoela e outros autores, trabalharam com mesma perspectiva acerca dos povos indígenas, sob uma visão que critica e desconstrói as ideias da historiografia nacional, questionando o lugar dos indígenas na história do Brasil.¹³

¹³ Pertenceram aos mesmos núcleos de pesquisas, como Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, dando origem aos trabalhos mais relevantes da década de 1990 como Guia de fontes para a história indígena e do indigenismo (1994) e História dos Índios no Brasil (1992) onde foram parceiros na publicação, Manoela como organizadora e Jonh com o texto sobre etno-história Os Guarani e a história do Brasil Meridional, séculos XVI-XVII, (POMPA, 2014, p.71). Como também na coletânea A Temática indígena na Escola-novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus (1995), com o texto “O Desafio da História Indígena no Brasil”, destaca-se também o seu livro Negros da Terra- Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo (1994) entre outros.

Jonh (2001) propôs um estudo da estrutura da economia colonial em São Paulo, tema caro à historiografia nacional. A pesquisa acabou apontando para um campo de investigação tão fecundo quanto desconhecido até então, porque ocultado pelo mito regional do bandeirantismo, relevando dinâmicas de interação e negociação política e econômica entre atores sociais em luta pelo controle da mão de obra indígena (POMPA, 2014, p. 67).

Além disso, revela aspectos não evidenciados pela história tradicional do período colonial brasileiro, trazendo ao centro de sua pesquisa os indígenas. Neste período na historiografia nacional prevalece a centralidade da atuação dos bandeirantes na colonização, considerados os “verdadeiros povoadores” das regiões inóspitas do Brasil, tornando assim sua pesquisa inovadora e marcante:

Mas a novidade maior da pesquisa dizia respeito menos à história econômica do que à história social, ao descortinar um universo de interações entre agentes sociais e políticos em permanente disputa e negociação em volta da questão central do controle do trabalho indígena: entre esses agentes estavam, prepotentemente, os próprios índios. Curiosamente, a descoberta da centralidade de escravidão dos índios não levava a mais uma confirmação do papel de figurantes mudos de uma história alheia; ao contrário, o trabalho trazia para o centro do palco a atuação dos próprios índios, vítimas de genocídio e etnocídio, sim, mas também capazes de pensar sua própria história e reconstruí-la, mediante sua inserção no mundo colonial e nos processos políticos que se desencadeavam a partir das expedições de apresamento (POMPA, 2014, p. 67).

O protagonismo é dado aos líderes indígenas, recuperava a importância das lideranças indígenas no processo de conquista, junto com novas sugestões metodológicas a respeito do uso das fontes produzidas de um só lado de encontro (POMPA, 2014, p. 68).

As populações indígenas reagiram no processo de colonização da forma que lhes coube, onde passaram desde o genocídio a novas maneiras de reconstrução e até surgimento de novas etnias. Mostrando que as populações indígenas não são imutáveis e muito menos pertencentes somente ao passado brasileiro. Mas que são capazes de se reorganizar e criar mecanismos de sobrevivência sem perder sua essencialidade quantos sujeitos históricos¹⁴.

¹⁴ Outros trabalhos que seguiram a mesma “linhagem” de Jonh, sob sua orientação, que compõem essa nova história indígena nos chamam atenção o *Metamorfoses indígenas*, de Regina Celestino de Almeida (2003), *Religião como tradução*, de Cristina Pompa (2003), *Vilas de índios no Ceará Grande*, de Isabelle B. Peixoto da Silva (2005), *O vapor e o botoque*, de Luisa Tombini Wittmam (2007), entre outros. Jonh ao ingressar na Unicamp, passaria a ser organizador de GTs da Anpocs e da ABA mais

A história indígena ganha mais força e visibilidade, aumentando o interesse dos pesquisadores sobre novos temas. Hoje já temos indígenas que escrevem sobre a origem do seu povo, sua cultura, brincadeiras, festas, rituais, lendas, estórias, também sobre os problemas que enfrentam no dia a dia, revelando o rico mundo indígena para o público em geral que ainda tem pouco conhecimento acerca desses povos.

É importante também lembrar que a partir da década de 1980, registram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso à história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se à história o estudo do contemporâneo (FERREIRA, 2002, p. 321).

Sendo assim a história oral passou a esta articulada com nova história que valorizava as pesquisas voltadas para os excluídos, como negros, mulheres e, conseqüentemente, os indígenas. Vale lembrar que neste mesmo período no Piauí a partir da década de 1980 a historiografia alargaria suas produções com os programas de pós-graduação que se instalaram na Universidade Federal do Piauí. Destaca-se também o Projeto Petrônio Portela, do Governo do Estado, executado pela Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, que propiciou a publicação de dissertações de mestrado na área de história e reeditou livros e literatos piauienses.

Outro fator que marca essa crescente produção historiográfica diversificada é a mudança curricular nos cursos de História, onde se torna obrigatório as monografias de final de curso, contribuindo de forma essencial para a expansão dos interesses de pesquisa e para o conhecimento da história do Piauí (QUEIROZ, 2006, p.160).

Embora tido todo esse importante crescimento historiográfico, vale lembrar que, como foi dito anteriormente, ampliou-se as temáticas de pesquisa, revelando assim os novos interesses de pesquisas sobre o Piauí, porém, quanto ao interesse

especificamente dedicados à história indígena e do indigenismo, em geral com a colaboração de João Pacheco de Oliveira Filho, com quem estabeleceu e manteve sempre um diálogo intenso sobre instrumentos conceituais, as fontes de pesquisa e as agendas da história e da etnologia indígenas (POMPA, 2014, p. 73).

de pesquisa acerca dos povos indígenas, é praticamente inexistente. Enquanto no âmbito nacional a partir da década de 80, mais precisamente em 1990, amplia-se os estudos sobre os povos indígenas, o Piauí ainda esta em processo de consolidação de suas pesquisas.

A partir de 2000 em diante vemos trabalhos que incorporaram outras interpretações acerca dos indígenas na história do Piauí e procuram evidenciar a riqueza primitiva da Serra da Capivara, recém-descoberta pelas escavações e pesquisas da arqueóloga Niède Guidon, da presença do homem americano em nosso continente, evidenciando outros papéis da presença indígena na colonização.

Com a criação de novas fundações estaduais, municipais de apoio a produção historiográfica piauiense, como a Fundação de Apoio Cultural do Piauí (FUNDAPI), a Editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI), Companhia Editora do Piauí (COMEPI), e a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), tem dado espaço para novas publicações, entre elas acerca dos indígenas destacam-se os livros das historiadoras Jóina Borges, *A História Negada*, (2004), Claudete Dias, *Que história é essa?* (2005), e *História dos Índios no Piauí*, (2011), da mesma autora, do geógrafo João Gabriel Baptista; *Etnografia indígena piauiense* (2009), as obras do historiador João Renôr Ferreira de Carvalho; *Resistência Indígena no Piauí Colonial: 1718-1774* (2009), entre outros.

É nesta nova historiografia que nosso trabalho se inspira para ao ouvir as memórias do Sr. Pedro Militão que se reconhece como remanescente indígena, morador do pequeno povoado Saquinho em Ilha Grande do Piauí e que luta para permanecer no local onde vive há mais de 50 anos com sua família. Luta contra a empresa chamada Eco City que pretende implantar um grande empreendimento turístico na cidade de Ilha Grande do Piauí que irá afetá-los diretamente. Esse estudo de caso pode ser evidencia concreta que o discurso da inexistência que tanto prevaleceu na historiografia tradicional, inclusive piauiense, não corresponde à realidade dos povos indígenas e de seus descendentes. É o que trataremos no capítulo seguinte da pesquisa.

3 A LUTA PELA TERRA NO POVOADO SAQUIM EM ILHA GRANDE DO PIAUÍ

3.1 REMANESCENTES INDÍGENAS E A LUTA PELA TERRA NO POVOADO SAQUIM

Saquim é um pequeno povoado, localizado na zona rural da cidade de Ilha Grande do Piauí. O acesso é feito partindo-se da cidade de Parnaíba, pela ponte Simplício Dias, seguindo a rodovia asfaltada PI-116, em direção à cidade de Ilha Grande do Piauí. Fazendo um percurso de 4 km até a divisão dessa rodovia no sentido da Praia Pedra do Sal, seguindo na mesma rodovia, 11 km.

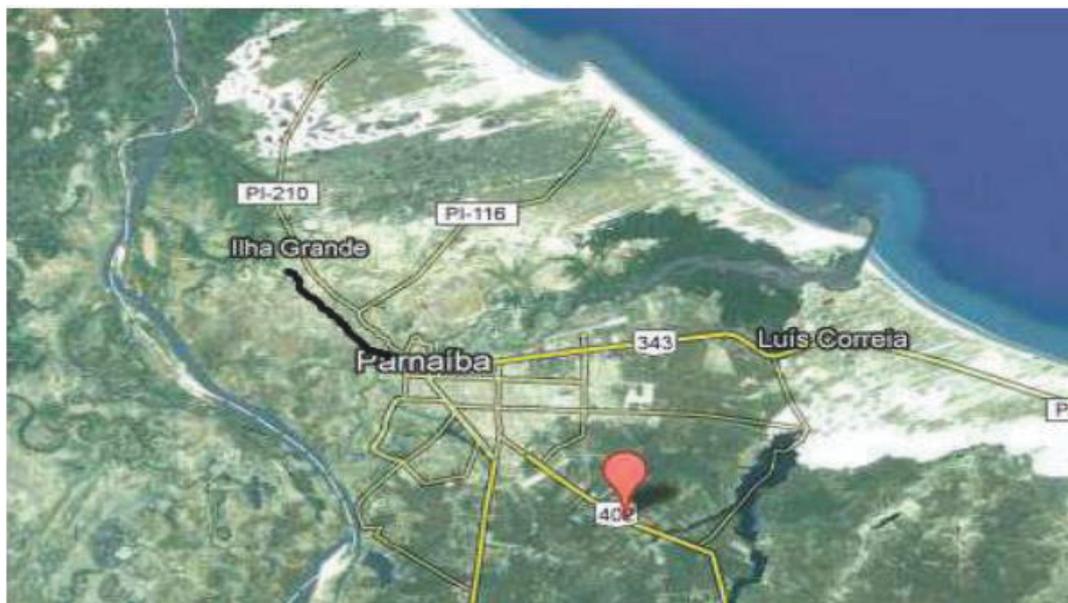


Figura 4 - Estradas e vias de acesso ao município de Ilha Grande.
(Fonte: MASTERPLAN do Loteamento Ecocity do Brasil – Costa Medeiros. 2014)

Dobrando a esquerda, percorrendo um caminho de areia, por mais 10 km, chega-se ao povoado Saquim.



Figura 5 - Caminho de acesso ao Povoado Saquim.
(Fonte: MASTERPLAN do Loteamento Ecocity do Brasil, 2014)

O acesso também pode ser feito via fluvial, através das marés, dependendo do horário que a maré se encontra “alta” ou “baixa”. Saquim é cercado por dunas, mangues, e lagoas que se formam no inverno. Situado a poucos quilômetros da praia chamada Pontal e está inserido dentro da Área de Proteção Ambiental (APA)¹⁵ do Delta do Parnaíba e da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (RESEX DO DELTA)¹⁶. Abriga a família de Pedro Manoel de Sousa Costa, um senhor de 75 anos de idade, mais conhecido popularmente como Pedro Militão. Pedro Militão se reconhece como remanescente indígena, e luta pela regularização da área do local, onde reside há mais de 50 anos, com sua esposa e uma filha¹⁷. O local está sendo ameaçado por um empreendimento turístico, que desde 2007 tenta

¹⁵Foi criada pelo Decreto Federal s/n° de 28.08.1996, englobando os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Localizada nos Municípios de Luís Corrêa, Morro da Mariana e Parnaíba, no Piauí; Araisos e Tutóia, no Maranhão; Chaval e Barroquinha, no Ceará, e nas águas jurisdicionais. A criação da APA do Delta se deu por “sugestão de ambientalistas e ecologistas visando proteger o ecossistema costeiro formado por mangues, dunas e restingas”. Ministério Público do Estado do Piauí/ Curadoria do Meio Ambiente. **Ação Civil Pública**. Disponível em <<http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=2660>> Acessado em 26/06/2016.

¹⁶A Reserva Extrativista – RESEX, por sua vez, é “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” Art. 18, Lei do SNUC. A Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba foi criada pelo Decreto s/n° de 16/11/2000, com área de 27.560 ha, envolvendo os municípios de Ilha Grande-PI e Araisos - MA e mais a sua Zona de Amortecimento, art. 25 da Lei do SNUC. Ministério Público do Estado do Piauí/ Curadoria do Meio Ambiente. **Ação Civil Pública**. Disponível em <<http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=2660>> Acessado em 26/06/2016.

¹⁷ Sr. Pedro tem mais 4 filhos, entretanto, atualmente só reside no Povoado Saquim uma de suas filhas, com moradia fixa. Os demais filhos moram e trabalham nas cidades vizinhas, em Parnaíba e Ilha Grande. Por conta que no povoado não tem escolas e nem trabalho, a não ser o trabalho de roça.

se instalar no litoral do Piauí, para a implementação de um grande *resort*, que construirá pousadas, hotéis e restaurantes que movimentam o mercado turístico.

Esses empreendimentos, consistem em uma extensa tomada de terras, para a implementação de seus projetos. Compreendendo uma área equivalente a 1.420,3441 hectares, abrangendo o Povoado Saquim, e também outras regiões próximas, como Pedra do Sal, Ilha Grande de Santa Izabel, Morros da Mariana, ambos os bairros de Parnaíba, e outros de Ilha Grande, como Labino, Canto do Igarapé e demais povoados que ali existem.

Desalojarão uma grande parte das famílias tradicionais, que vivem da pesca, da coleta de mariscos, coleta de caranguejos, do artesanato, do plantio e de outras fontes de renda oriundas da natureza. Como é caso do entrevistado e de sua família, que sobrevivem com atividades complementares para sua renda, cultivando pequenas plantações de pés-de-cocos d'água e dendê, cajus, carnaúbas, muricis, coqueiros, limoeiros, bananeiras, azeitonas roxas, legumes, e mandioca, que depois de processada, resultará na produção de farinha e outros derivados, como goma, beiju, tapioca. Processo esse, que regionalmente é chamado de "Farinhada", realizada periodicamente pela família do Sr. Pedro, parentes e vizinhos das localidades próximas do povoado Saquim, como Pedra do Sal, e da própria cidade de Ilha Grande.



Figura 6 - D. Graça, esposa do Sr. Pedro Militão preparando beiju e ao Sr. Pedro Militão assando beiju em fogão de barro.

(Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2015)

No povoado há também uma pequena criação de animais de pequenos portes, como caprinos, ovinos, e galinhas. Cujo o estrume, é utilizado para o Projeto Horta Orgânica da Comissão Ilha Ativa (CIA)¹⁸ de Ilha Grande do Piauí, onde o Sr. Pedro é um dos principais fornecedores. Militão também fornece óleo de dendê, em pequenas quantidades, que é comercializado na cidade. Existem quatro residências pertencentes à família.

O lugar também se tornou local de visitação dos estudantes do Curso de Biologia e de outros cursos da Universidade Federal do Piauí, para pesquisa da biodiversidade presente no local. Também serve de ponto de apoio para os catadores de caranguejos que vem de Parnaíba, dos bairros Pedra do Sal, Ilha Grande de Santa Izabel e Catanduvás, como da própria cidade de Ilha Grande do Piauí, e outras regiões próximas.

Para abrigar os pertences, transportes, como bicicletas, motocicletas e para utilizarem a água do poço, que tem em frente a casa do Sr. Pedro.¹⁹



Figura 4 - Residência da família do Sr. Pedro e poço. Ao lado Catadores de caranguejo em frente a casa do Sr. Pedro, se preparando para a coleta do caranguejo. (Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2015)

¹⁸ Somos uma ONG fundada em 21/04/2006, que nasceu no município de Ilha Grande – PI a partir de um desejo de um grupo de lideranças de diversas associações para lutar pela participação da população frente às questões políticas e administrativas, onde eram realizadas manifestações públicas, denúncias e acompanhamentos político-financeiro. Informações retiradas do site <http://comissaoilhaativa.org.br/quem-somos/> > Acessado em 05/08/2016.

¹⁹ Atividade esta de catar caranguejo, muito presente na cidade de Ilha Grande, como mostra *Daniel Braga (2013)*, em sua monografia; *Catadores de caranguejo do Delta: História e Memória (1960-2010)*: “Segundo dados da associação de Catadores de Caranguejo de Ilha Grande – ACCDUIG, na voz do presidente Julinho, “dentro da cidade existe mais ou menos quatrocentos caranguejeiros, destes apenas quarenta são associados à instituição”. Um número muito reduzido, visto que muitos catadores acabam se identificando com outros ofícios e procuram outra instituição de amparo aos pescadores. A cata do caranguejo é para nossa região uma das principais atividades econômicas” (BRAGA, 2013, p. 17).

O caso do Sr. Militão se torna peculiar no sentido de que, a sua luta pela terra, com sua família, é uma luta pela legalização da área, e não pela cuja demarcação de terras consideradas indígenas. Porém, este senhor, se reconhece como remanescente indígena e busca em suas memórias familiares a identidade indígena:

Eu me considero um indígena, por que se minha avó, a vó da minha mãe, era uma índia velha do [...]. Que carregava a [...] os brincos grandes de madeira na orelha, é ! [...] os brincos de madeira. E era conhecida como índia, chamava ela assim!²⁰

Sr. Pedro Militão declara-se descendente indígena, porém não chega a definir a qual etnia pertence. Relata casos de sua bisavó, que costumava a usar adornos nos lábios e orelhas, como afirmação de sua identidade indígena. Nesse sentido, utilizamos como referência para os trabalhos com identidade, Stuart Hall (2004), onde em seu livro: *A identidade cultural na pós-modernidade*, o autor define o conceito de identidade como:

A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2004, p.12-13).

Stuart (2004) nos fala, que não existem identidades prontas ou absolutas. As identidades não são natas ou naturais, estão em constante construção e mobilidade. Revelando assim um percurso histórico-cultural que se consolidou através do conjunto de relações que se estabeleceram no decorrer de vida das pessoas. Sendo assim, as memórias do Sr. Pedro Militão são indícios de uma identidade indígena que se desenvolveu do conjunto de relações sociais e étnicas que se constituíram no percurso de sua vida, da relação com sua família e do meio em que vive.

Através de suas memórias familiares, Militão constrói uma ligação de pertencimento em seu parentesco, que a considera suficiente para auto se identificar quanto índio. Suas memórias são o aparato no qual o permiti acessar informações codificadas pelo cérebro, a partir de suas vivências e experiências do passado,

²⁰ Entrevista realizada com o Sr. Pedro Militão cedida à pesquisadora no dia 28/08/2015.

resinificadas pelo presente, onde a subjetividade se faz presente, nos impossibilitando de reconstruí-lo.

Entretanto, a memória é uma das pontes que nos possibilita aproximarmos do passado histórico, tornando assim possíveis novas formas de construir a história. Onde a História Oral é uma “carta na manga” para o ofício dos historiadores, permite-nos penetrarmos nas histórias ocultas dos povos indígenas. Nesse sentido, numa tentativa de tornar o passado presente através das memórias de Pedro Militão, que se reconhece como remanescente indígena utilizamos como referência para os trabalhos com história oral, Alessandro Portelli (1997) onde em seu artigo: *Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história Oral*, a define como:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre experiência, por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição impossível sem ele. O significado e a ética dos contatos humanos diretos, na experiência do trabalho de campo, são imprescindíveis ao significado e à ética no exercício de nossa profissão (PORTELLI, 1997, p.15).

A História Oral e a memória de Pedro Militão, de sua família e de dos demais entrevistados, nos permitiram enxergar e evidenciar um dos exemplos de luta e resistência indígena em nosso estado, presente nos nossos dias. Como é o caso da Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígenas de Piripiri, evidenciada no artigo: *Histórias Oraís dos Remanescentes Indígenas no Território do Piauí no Século XXI*, do historiador e professor Roberto Kennedy (2014), como mostra no trecho abaixo a denúncia da fala do presidente da Associação, Francisco Dias:

Sou Francisco sou atual Presidente da Associação de Remanescentes Indígenas do Piripiri [...]. Então a associação Itacoatiara de remanescente indígenas de Piripiri, foi registrada segundo o antropólogo Elder Ferreira, ele registrou a presença de grupos indígenas na cidade de Piripiri, descendentes dos índios tabajara da região da serra da Ibiapaba, na fronteira Piauí e Ceará. A hipótese é que eles migraram para o Piauí, trata-se de uma comunidade Tabajara radicada no município. Não temos terra demarcada, convivemos juntamente com a civilização, com total vínculo com a civilização, baseado nisso em 2005 foi fundada a associação Itacoatiara, e a principal questão desse grupo é a terra, que é o que a gente mais tá trabalhando né, o que a gente tá mais lutando. O nosso cacique seu José Guilherme que já há muitos anos essa luta pela terra e nada de ser demarcada, mas não vamos parar enquanto a gente não conseguir [...] (FRANCO, 2014, p. 3 apud FRANCISCO DIAS, 2013).

Nesse aspecto o que difere o caso do Sr. Pedro Militão em relação ao caso dos remanescentes de Piripiri, é que ele luta pela legalização do local que já reside, para que não seja desalojado, lutando pela legalização da área e não através da demarcação de terras consideradas indígenas. Já os remanescentes Itacoatiara em Piripiri, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), já tem conhecimento sobre esses remanescentes que lutam pela demarcação de sua terra em Associação, algo mais articulado, pelo direito de um local para seu povo.

Outro caso de luta e resistência que se deflagra em nosso estado, é o caso da Comunidade Indígena Cariri da Serra Grande, localizado no município de Queimada Nova no sudeste do Piauí, o grupo indígena vinculado a etnia Cariri, também demanda reconhecimento pelos órgãos competentes, e está sendo ameaçada por empresas de usinas eólicas que pretendem se instalar no município. Constituindo assim com os remanescentes de Piripiri (Tabajaras) e Pedro II (Tremembés), as três comunidades declaradas de procedência indígena no Estado.

Ambos lutam com o mesmo objetivo, de serem reconhecidos os seus direitos, em termos legais como os legítimos donos de suas terras. Ambos são frutos do processo de colonização do estado do Piauí, no qual foram excluídos desse “povoamento”, no qual resultou na verdade o “despovoamento”²¹ das tribos que viviam no Piauí, através do genocídio praticado pelos colonizadores que “desbravaram” os “sertões de dentro”.

3.2 POSICIONAMENTO DAS POLITICAS PÚBLICAS ACERCA DOS REMANESCENTES INDÍGENAS

Segundo a FUNAI²² para solicitar a demarcação da terra, é necessário “um estudo de identificação e delimitação” para que se possa gerar um processo

²¹ Conceito este utilizado pela a historiadora, pesquisadora e professora piauiense Claudete Maria Miranda Dias em diversos textos, e publicações, livros, e artigos ao escrever sobre a história do Piauí

²² Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Foi criado pela Lei 5 371, de 5 de dezembro de 1967. É vinculado ao Ministério da Justiça.. Sua missão é coordenar e executar as políticas indigenistas do Governo Federal, protegendo e promovendo os direitos dos povos indígenas. São, também, atribuições da Funai: identificar, delimitar, demarcar, regularizar e registrar as terras ocupadas pelos povos indígenas, promovendo políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas e reduzindo possíveis impactos ambientais promovidos por agentes externos nessas terras; bem como prover, aos indígenas, o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania, como o direito à segurança social e à educação escolar indígena. Disponível em < www.funai.gov.br > Acessado em 24/06/2016.

administrativo para a solicitação de abertura do processo de demarcação de terra, no qual comprove a existência desses povos e necessidade de demarcação. No Piauí, ainda não existem terras demarcadas. Embora a Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígenas de Piripiri, a Comunidade Indígena Cariri da Serra Grande, em Queimada Nova, e o grupo Tremembés em Pedro II, são identificadas pela FUNAI, ainda aguardam pela a demarcação da terra.

No Piauí ainda não existem terras demarcadas, revelando assim o descaso dos órgãos públicos, em relação ao direito à terra e demais condições básicas de sobrevivência para os remanescentes nativos que habitam o atual território piauiense. Quanto ao caso em análise, a FUNAI não tem conhecimento, acerca da reivindicação identitária do Sr. Pedro, pois este faz parte ainda do processo de identificação étnica de pessoas, grupos ou comunidades, que atualmente emergem no estado do Piauí, reivindicando sua identidade étnica.

Pertencente ao processo de etnogenese que segundo Pacheco de Oliveira (1998 p. 53) a define como “fato social que nos últimos vinte anos vêm se impondo como característico do lado indígena do Nordeste e o chamado processo de etnogenese, abrangendo tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já conhecidas”.

Os povos nativos que habitavam o atual estado do Piauí foram praticamente dizimados, para o criadouro de gado, para agropecuária extensiva de curraleiros que se implantaram no processo de colonização do estado, passando o domínio de grandes extensões de terras cultiváveis, de pai pra filho, de geração em geração, como é o caso do Sr. Pedro e de família.

3.3 FAMÍLIA SILVA E A DOMINAÇÃO DE TERRAS EM ILHA GRANDE DO PIAUÍ

O local onde Pedro Militão e sua família residem atualmente, pertencia a família conhecida popularmente como a família dos “Silvas”. Segundo o historiador Daniel Braga (2013), em sua monografia *“Catadores de Caranguejo do delta: história e memória (1960-2010)”*, “os Silvas” são uma família que ainda detêm maior parte da concentração de terras em Ilha Grande do Piauí, e que por muitos anos essas terras “serviram como curral das fazendas de gado dessa família tradicional e de renome, que durante décadas esteve presente no cenário político local. Eram pessoas de vida pública, ou seja, envolvidas com a política local e nacional, no qual alguns se

tornaram prefeitos de Ilha Grande do Piauí, em anos consecutivos. Nomes como *Alberto Tavares Silva, João Tavares da Silva* e muitos outros parentes, eram figuras cativas nas cadeiras do legislativo e executivo do Piauí” (BRAGA, 2013,37). Como também se constata na fala da Superintendente da Secretária do Patrimônio da União (SPU), Ana Célia Coelho, quando indagada, se tinha conhecimento de quem pertencia inicialmente essas terras, inclusive a área que o Sr. Pedro reside, antes de ser vendida para a empresa Eco City:

O afloramento inicial na Ilha Grande, ele foi feito em nome do João Tavares Silva, que era o (patinador daqui que foi feito há muitos anos no passado) e esse afloramento foi por herança pra os herdeiros né, de forma que foi desmembrada entre os herdeiros e esses herdeiros venderam grande parte das áreas para as empresas estrangeiras ou nacionais, nesse caso aqui da área do seu Pedro Militão tinha sido vendido pra Eco City. [...] Mas assim, a área do seu Pedro Militão ela tem um afloramento, parte da área, não é toda, tem uma parte que não tem afloramento, mas a maior parte tem afloramento em nome da Eco City.²³

Como podemos ver na fala da superintendente, são áreas que pertenciam a essa família, passada como herança, dividida entre a família, e cada um dos herdeiros vendeu sua parte, e uma delas foi vendida inicialmente a empresa chamada Eco City. Segundo Braga (2013), “esses homens ilustres quando queriam voto, deixavam seu conforto, suas mansões e atravessavam a ponte em busca de seus eleitores “cativos”. Eram os donos da terra, e usavam esse argumento como forma de persuadir e pressionar os pobres trabalhadores que nasceram e se criaram nesse pedaço de chão da Ilha Grande. Esses homens usavam seus vaqueiros como agentes de constrangimento e de intermediação” (BRAGA, 2013. p. 37).

Impediam que as famílias residentes em “suas terras” construíssem casas de tijolos, ou mesmo cerca. Qualquer atividade relacionado a terra era necessário pedir autorização à família “Silva”. Gerando assim indignação, medo, e insegura por parte da população mais carente de Ilha Grande do Piauí. Como fez seu Pedro Militão que pediu permissão a família, ao construir sua casa de alvenaria, com o apoio de vizinhos, amigos e família. Essa indignação e pressão²⁴ sentida na pele pelos moradores e catadores de caranguejo de Ilha Grande, também é presente no

²³ Entrevista cedida pela a Superintendente do Patrimônio Público da União, a Sr. Ana Célia Coelho a autora no dia 16/11/2015.

²⁴A “pressão” na qual nos referimos, não é mais aquela pela cobrança de votos que a família “os Silvas” se utilizavam, para intimidar os que moravam em “suas terras” com o objetivo formar um eleitorado de cabresto, mas nos referimos à pressão sofrida pela a família do seu Pedro, em ganhar a causa e logo após sofrer retaliações.

caso senhor Pedro e sua família, não por voto, mas temem em ganhar a causa e logo após sofrer retaliações:

Já me achei tão triste, impressionado, que eu fazia desse jeito com meus braços aqui (ele mostra com os braços), que as peles caíam assim, de mago, preocupado, com raiva, como é que agente trabalha, há tantos anos e não tem direito? Dói dentro. Porque você já pensou? Meu avô, meu bisavô, tudo viveram aqui, naqueles tempo.²⁵ E se fosse só pela terra, se eu não tivesse nada aqui, eu nem ligava. Mas tá ai carnaubal, cajueiral, coqueiral, dendê, buriti, mangueira, bananeira. Mas o homem (advogado)meteu fogo que era bom ficar e os outros da Ilha, todo mundo, num teve uma pessoa (fala mais alto agora): “Pedro sai de lá”! Rapaz tu não pode sair dali, aquilo ali já vem dos teus antepassados, eu num acredito que num tem essa lei?! Eu temo de ganhar a causa aqui, e com três, quatro dia, ou uma semana, 90 dia, o velho aparecer morto com minha mulher [...].²⁶

Seu Pedro teme em sair do local não somente pelo os bens materiais que possa perder, mas por conta da sua íntima relação que possui com o lugar. O local representa a história de sua família, os costumes, as tradições e todo o trabalho de exploração sustentável realizado há décadas pela família Militão. Saquim abriga a base identitária de Pedro Militão e de sua família, local onde em maior parte do tempo desenvolveu as memórias e lembranças de seu Pedro. Assim a luta pela terra no povoado Saquim não é apenas uma questão territorial, é também uma luta pela sobrevivência histórica cultural da memória e identidade dos sujeitos históricos que habitam o povoado.

²⁵ Seu Pedro afirma que sua família veio, afirma que seus pais vieram do Ceará, para estabelecer morada entre os anos de 1838 à 1841, na Praia do Pontal, que se tornou o povoado Saquim. “Meus avôs, meus bisavôs, tudo vieram do Ceará. E que quando minha família chegou aqui na primeira guerra mundial, aqui no pontal, por parte do meu pai, Ana Frota que e do Ceará, saíram de lá e foram pra São Bernardo, quando começou a guerra dos balaio com os cabanos em Araiões. Aí elas fugiram de São Bernardo pra cá. Vieram pra cá, moravam em São Bernardo, oriundos do Ceará, ai foram pra São Bernardo e a outra ficou aqui mesmo do Piauí mermo. As duas irmãs, uma pra São Bernardo e outra ficou aqui, uma era Ana e outra Mariana. Segundo a historiadora *Claudete Dias (2005)*, em seu livro: *Que história é essa?*, nos fala um pouco do que foi este acontecimento: “A Balaiada foi um movimento social, envolvendo grande parte da população do Piauí, Maranhão e Províncias vizinhas. De um lado, as forças da repressão, grandes proprietários de terra e de escravos, as oligarquias locais que constituía o poder, a partir, sobretudo, das lutas pela independência, não só no Piauí ou Maranhão, mas no Brasil como um todo; de outro, “os rebeldes”, a massa de trabalhadores --- vaqueiros, escravos, artesãos, lavradores, nativos, e pequenos fazendeiros, a população que permanência sem direitos à condição de cidadão, vivendo na maior penúria, insegurança e em total abandono (exceto na hora de pagar impostos), dominada e explorada por governos clientelistas e autoritários”. (DIAS; 2005, p.99) Fato este que impulsionou a saída de sua família para o estado vizinho, o Piauí. Onde se tornaram os primeiros moradores da região, dando origem ao povoado Saquim. Desde então sua família reside no lugar até o momento, há mais de 50 anos no local.

²⁶ Entrevista realizada com o Sr. Pedro Militão cedida à pesquisadora no dia 28/08/2015.

Senhor Pedro conta que tem se apegado aos seus costumes religiosos nos quais foram ensinados pelos seus pais e que recorre diariamente em oração em seu terreiro:

Olhe eu tô doente com isso eu tenho rezado tanto pra nossa do senhora do desterro, chego aqui (no terreiro) e me ajoelho e peço a Deus informação e pra não enlouquecer do juízo, que o caso né bom não. Pra vê, como eu tenho sofrido, é 8 ano né? 8 anos de sofrimento, mas tô lutando, tô no meu lugar!²⁷

Em sua fala podemos perceber a angústia e a preocupação que o Sr. Pedro e sua família passam ao longo desses 8 anos de luta pela regularização do local. Como ele mesmo enfatiza tem se apegado a sua fé e as suas crenças, crenças essas que pertencem a um conjunto de formação étnica e religiosa do nosso país, decorrente do processo de miscigenação no qual o Sr. Pedro, como também as populações nativas aqui passaram.

3.4 SABERES E CRENÇAS REMANESCENTES

É clara a presença de elementos religiosos tanto da cultura, negra e branca e mística indígena no conjunto ritualístico espiritual, na vida do Sr. Pedro, nos quais ele se apega e tem como referência espiritual. Como por exemplo, o terreiro ou (centro)²⁸ de Umbanda presente no povoado, o costume que a família tem de fazer viagens ao estado vizinho, Ceará, à cidade de Canindé, um dos símbolos da religiosidade católica, nos períodos de festejo da cidade entre 24 de setembro a 4 de outubro.

Onde é muito comum em nosso país, remanescentes indígenas que reivindicam sua identidade étnica, incorporarem aspectos culturais, através do contato com outros povos, entre eles, aspectos dos povos negros e brancos, como a penetração das religiões cristã e afrodescendentes. Exemplo disso, é a forte tradição católica de procissões, novenas, festejos, missas, presente em grande parte no Piauí, constituindo assim um dos estados mais católicos do país.

Outro aspecto mítico cultural interessante, presente nas crenças da família Militão, é a forte crença que o povoado Saquim, é protegido por guardiões

²⁷ Idem

²⁸ Utilizamos a palavra “centro”, pois é a mesma utilizada por ambos os entrevistados, pelo o casal D. Graça e Sr. Pedro.

espirituais, que protegem o local. Chamados de “encantados velho”, como “Zé Rudum” e “João da Mata”. Segundo o casal (Sr. Pedro e a esposa D. Graça), “João da Mata”, é “curador de coluna”, foi ele que curou D. Graça da dor forte que sentia em sua coluna. Ambas as entidades espirituais, chamados de “caboclos”²⁹ que tem sua origem diversa, inclusive incorporados por espíritos indígenas. Observemos a prosa do casal, D. Graça e seu Pedro:

Sobre Alimentação Ancestral: DG³⁰: “Ele curou da minha coluna e sempre vem curando, quando eu sinto ruim, ele reza em mim. Aí ele pediu que quando fizesse farinha, ele gosta muito de farinha mole. Quando já tá, já boa, boa da gente comer, mas que ela ainda esteja meia mole, aí tira. Pois é, aí então, ele pediu que era pra mim levar uma farinha mole e o beiju pra ele, aí leva um cigarro, leva um cigarro, eu levo um corote, aí jogo tudo na, na maré, no igarapé. Pois é, muitas vezes ele, eu não vejo pegar não, mas nessa vez eu vi sabe, pois é. Jogou na água e saía boiando mia fia. E num saco desse pode encher de farinha que não afunda não, que tá no radiador! É, aí, aí quando ele vem ele reza, ele reza é de coluna. MP³¹: É ele é um espírito, mãe d’água, pois é. É da família de légua, é o maior espírito que acredito no mundo, é o espírito que eu acredito que existe, existe mesmo! É o Zé Rundu do Mar, que eu já vi três vezes! Os outros eu vejo uma vez pronto, e ele eu já vi três vez. D.G: O João da Mata eu vi também. Eu também já vi ele. Esse eu vi. Mas em sonho, quando eu estava de trabalho. Eu estava quase dormindo e quase acordada, quando ele chegou, que era pra mim, que eu deitei na, era até ai em casa ainda o centro. Aí eu fui deitei nas folhas de oxó né! De baixo da mesa do centro, aí era pra meia-noite o Pedro veio me defumar, mas primeiro veio ele. Chegou e me defumou.), ele que é o dono daqui, não é ninguém que é o dono daqui. MP: o dono daqui é ele, aqui vocês não são dono. E não tem ninguém que seja dono, o dono daqui é ele que é o encantado velho, que vive aqui, posso dizer que do começo do século, no tempo do pai eterno, ele já vive aqui! Ele que é o dono! O nome é Zé Rudum do mar (risos)³²

Usamos a palavra “prosa”, no sentido figurado de conversa, diálogo. Algo espontâneo que se deu a partir de uma conversa informal do casal, e achamos por importância ser registrada e citá-la em nossa pesquisa. Por revelar um saber oral, mítico, de valor cultural em sua peculiaridade local. Reflete o sincretismo religioso que se revela através de elementos que compõem a base, a matriz étnica, diversificada de nosso país, constituída basicamente pelas matrizes indígena, negra

²⁹ “entidades surgidas nos terreiros brasileiros”. FERRETTI, Mundicarmo. **Tambor de Mina e Umbanda: O culto aos caboclos no Maranhão.** Apresentado no II Seminário Cultural e Teológico da Umbanda e das Religiões Afro-Brasileiras. CEUCAB/RS, 10- 13/10/1996; publicado no jornal: O triângulo Sagrado, nº39 a 41/96. Disponível em < <http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Mina%20e%20Umbanda.pdf> > Acessado em 28/06/2016.

³⁰ As iniciais D.G correspondem ao nome da D. Graça.

³¹ As iniciais P.M correspondem ao nome da Pedro Militão.

³² Entrevista concedida pelo casal à pesquisadora no dia 28/08/2015

e branca. Vale ressaltar que essa mistura étnica e cultural, não o descaracteriza quanto indígena, não o torna menos indígena.

Pois a identidade indígena como ou outra qualquer, não é algo imóvel, insuscetível a mudanças ou a transformações. Lembramos que por um longo tempo, foram reservadas as populações indígenas o conceito de “identidade fixa”, “nata”, “natural”, onde as viam com “pureza” e “inocência”, acreditando que com o contato com outros povos, o tornaria “impuro”. Não os compreendendo como sujeitos históricos móveis que se adaptaram aos complexos e violentos processos de genocídio, miscigenação, e criação de novas identidades na formação da sociedade brasileira.

3.5 EMPREENDIMENTO ECO CITY BRASIL

Quanto ao empreendimento que pretende se instalar em Ilha Grande do Piauí e Parnaíba, ameaçando assim as comunidades tradicionais, a qual a família do seu Pedro pertence, tentamos contato com a empresa responsável ao realizarmos a presente pesquisa, chamada Eco City, mas não obtivemos êxito. Falamos ainda com o representante da empresa por telefone celular, um senhor chamado Lares, segundo ele, marcaríamos um encontro para que a empresa pudesse através de sua pessoa, posicionar-se e contribuir com esclarecimentos, acerca do caso, porém não se concretizou, após varias tentativas de contato, não obtivemos respostas.

Através das entrevistas coletadas acerca deste processo de regularização da área que o Senhor Pedro mora, a empresa Eco City tem até então se posicionado de forma sensata, em querer manter a família no local. Como podemos ver na fala da Superintendente do Patrimônio da União (SPU), Ana Célia Coelho:

[...] Ouve algumas ações individualizadas da empresa, que procurou a SPU, até chegou a formalizar no processo a intenção de fazer um acordo com o seu Pedro, de transferir a área pra ele, a empresa reconhecendo o direito dele por tempo de posse, e se dispondo a transferir uma parcela da área pra ele. Muito embora não seja uma obrigação legal da instituição, mas considerando que já existiu exceção e tem o interesse de regularizar o seu Pedro, nós fizemos essa intermediação no sentido de convidar o seu Pedro e o seu advogado Laercio pra vir aqui, pra vê se eles tinham interesse nesse acordo. E ouve uma conversa com o representante da empresa, e uma sinalização pelo o acordo né, eles, pelo o que eu percebi da conversa, pelo o que ficou claro da conversa eles estavam propensos a aceitar essa

*proposta e ficaram de pensar e resolver, e daí eu não acho que houve algum avanço.*³³

O fato do Sr. Pedro se identificar quanto remanescente indígena não interfere diretamente no processo de regularização da área. Pois seu Pedro Militão não é identificado por algum órgão responsável que o ampare por se reconhecer indígena. A instituição que poderia fornecê-lo algum subsídio nesse sentido, é a FUNAI, mas como falamos anteriormente a instituição ainda não tem conhecimento acerca da reivindicação identitária do Sr. Pedro.

O que se soma a este fato é o apoio da comunidade ilhagrandesse, dos representantes dos órgãos aqui entrevistados, e demais amigos e vizinhos da família, por acreditarem que o Sr. Pedro e a família tem direito a terra, pelo tempo que vivem no local, por sua grande contribuição para preservação do lugar, e por história de vida de luta e sabedoria histórica cultural. Sendo assim a questão da reivindicação identitária, o auxilia secundariamente, somando apenas aos seus aspectos culturais.

O advogado do Senhor Pedro, Laercio Nascimento, nos conta como se iniciou todo esse processo de especulação imobiliária em Ilha Grande do Piauí, e Parnaíba. Relatando o pânico que a população dessas localidades sofreu em sentir-se ameaçada pelos grandes empreendimentos turísticos, como por exemplo, o projeto da empresa Eco City, para construir um mega resort, onde iniciou o projeto sem comunicar a população, conforme a fala do advogado:

*O processo do Seu Pedro Militao, ele consistia inicialmente em retirar a possibilidade, menor que fosse da retirada dele da terra. Então existiu inicialmente um processo de especulação imobiliária da Ilha Grande, principalmente da aera da Pedra do Sal. Em que a população ficou muito, muito pavorosa assim, imaginando que poderia perder sua terra, suas casas. Então veio a empresa, a Eco City Brasil e ela iniciou um processo, sem ouvir a comunidade, o que gerou pânico nessa comunidade. Seu Pedro Militao na época ingressou com o pedido pra que nos pudéssemos regularizar o seu imóvel junto ao patrimônio da União. Então foi iniciado um processo no Patrimônio da União para garantir a fixação do Seu Pedro Militao na área, na qual ele se identifica que é dele, do avô dele que morou lá, pai do pai dele, o pai dele, ele nasceu lá, casou constituiu família, os filhos saíram e ele continuou na terra, na Comunidade Saquinho.*³⁴

³³ Entrevista cedida pela Superintendente do Patrimônio Público da União, a Sr.^a Ana Célia Coelho a autora no dia 16/11/2015.

³⁴ Entrevista cedida a pesquisadora pelo o advogado do caso do Senhor Pedro, o Sr. Laercio Nascimento no dia 16/11/2015.

Os boatos da implantação desse projeto causaram divisões entre a população mais jovem e idosa das comunidades, como mostra o Sr. Edmar, (vereador de Ilha Grande), e amigo da família que acompanhou o caso do Senhor Pedro e participou das audiências públicas sobre os empreendimentos, em sua fala abaixo:

Eu conheci a família do seu Pedro Militão por volta de 2006, 2007, quando se estabeleceu um conflito na região, mas conhecida como Saquim, área rural de Ilha Grande [...]. Então a Eco City se instalando começou, é esse conflito não ficou só no Saquim, ele começou se expandir numa proporção nas comunidades né, pesqueira, Pedra do Sal, e toda Ilha Grande. Houve audiências né, com o grupo, é na própria câmara de vereadores, na época em 2007 com esse, aí nós vimos a população divide. Porque o grupo defendia que ia gerar, eles falava de 5 mil emprego deles direto, era uma cidade dentro da outra [...] Então é, foi, houve as audiências e a divisão de um grupo favorável e um grupo contra e tinha parte que não se decidia pra que lado ia né. E de forma que a comunidade se mobilizou, foi feita umas comissões comunitárias e representantes. Aí CIA organizou associações, representantes, e foi feito, tipo um esclarecimento para dar em todas as comunidades, dentro do projeto, quais seriam os malefícios desse projeto, na forma que eles estavam apresentando pra, principalmente para os nativos da região.³⁵

O empreendimento assustou maior parte da população por conta da sua enorme proporção. O Loteamento Ecocity está previsto para ser implantado na gleba Canária com área total delimitada e georreferenciada de 1.420,3441 hectares, zona de expansão urbana dos municípios de Ilha Grande e rural de Parnaíba.

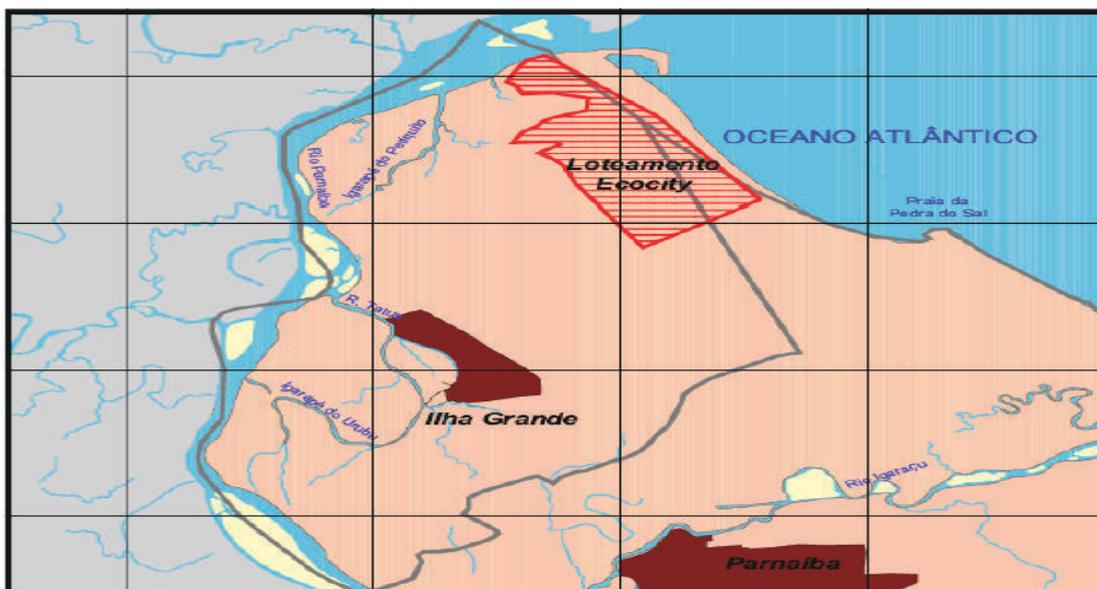


Figura 5 - Mapa da localização do Loteamento Turístico Ecocity.
(Fonte: Carta Topográfica DSG/SUDEN/Projeto RADAM. 2013)

³⁵ Entrevista cedida pelo Sr. Edmar à pesquisadora no dia 16/11/2015

O projeto se desenvolveria em 5 etapas durante 6 anos, somando um total de 30 anos para sua implementação total³⁶.

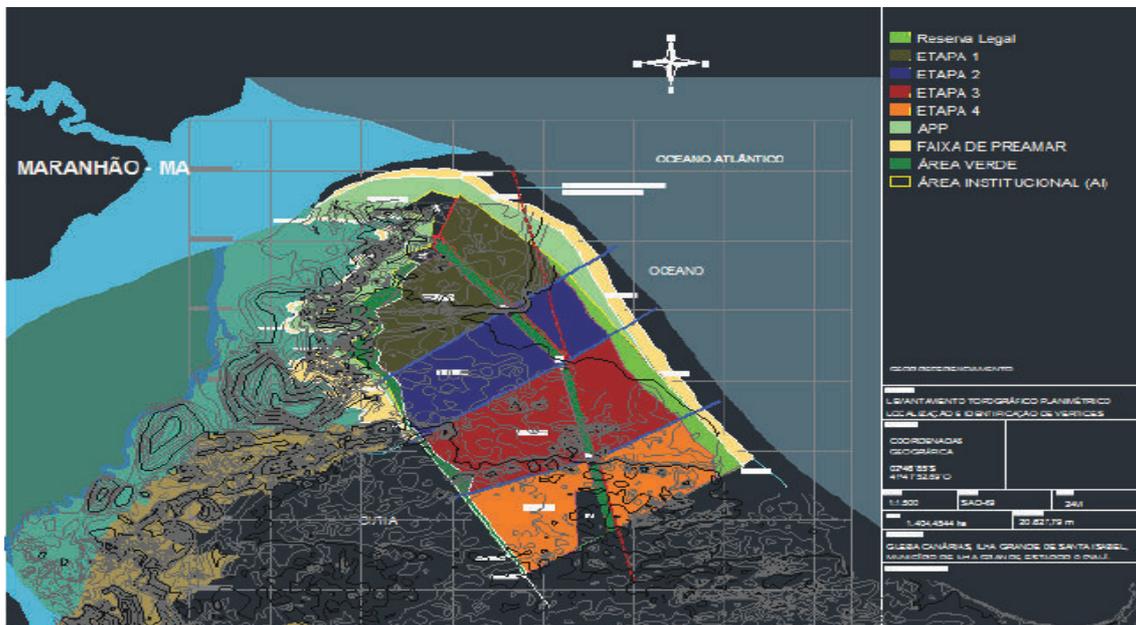


Figura 6 - Etapas do Empreendimento Ecocity Brasil.

(Fonte: MASTERPLAN do Loteamento Ecocity Brasil. Costa Medeiros, 2014)

Desenvolveria programas de inserção social, como treinamento de pessoal, a maioria das condições de habitação da população residente, a implantação de uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), e a criação de programas de valorização cultural local. No aspecto ambiental, seriam desenvolvidos programas de gestão ambiental, de pesquisa e desenvolvimento, com a utilização de energias renováveis e a reciclagem de materiais. O projeto contemplaria a valorização da cultura local e a parceria com o setor público, com entidades representativas da sociedade e com a população local Além disso, seguiria também os princípios do urbanismo bioclimático, ecológico e sustentável. Com relação ao meio ambiente, o

³⁶ O plano global do empreendimento prevê sua implantação num horizonte de 30 anos em cinco etapas, cada uma a ser executada num horizonte de seis anos, além de Programas Complementares, conforme detalhado a seguir: No que concerne à construção de equipamentos turísticos e correlatos (sistema viário básico, energia elétrica, saneamento básico), que certamente dirigem os demais componentes do empreendimento, vislumbra-se a implantação de um total de 25 (vinte cinco) hotéis de diferenciados padrões, tais como: resorts, chalés, casas etc., a saber: ETAPA 01 (06 anos) Programa: Hotel Resort I, Golf Resort I, ZEIS, Estrada de acesso e Rede Elétrica; ETAPA 02 (06 anos) Programa: Água Resort I e II, Golf Resort II, Mangue Resort I, Oceano Resort I e II; ETAPA 03 (06 anos): Programa: Hotel Resort II e II, Golf Resort III a VI; ETAPA 04 (06 anos): Programa: Oceano Resort III a V, Dunas Resort e II ; ETAPA 05 (06 anos): Programa: Hotel Resort VII a X, Golf Resort III, Zona Especial, "Zona industrial e não poluente. ALMEIDA, Maria Carmen. **AÇÃO CAUTELAR INOMINADA** com pedido de LIMINAR contra o ESTADO DO PIAUÍ e WORLD ECOLOGIC CENTER PROJETO TURÍSTICOS E ECOLÓGICOS S/A. Teresina; 2008. Disponível em <<http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=2660> > Acessado em 08/09/2015.

projeto iria aliar-se a todas as iniciativas preservacionistas e no desenvolvimento de projetos de recuperação ambiental (SILVA, 2012,p. 215).

Porém o licenciamento ambiental para implantação do projeto foi indeferido, suspenso pelo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)³⁷. O Ministério Público do Estado do Piauí juntamente com o (IBAMA) e o (ICMbio)³⁸, entraram com uma *Ação Civil Pública (Ação Cautelar Inominada)* através do pedido de liminar contra o “*Estado do Piauí e World Ecologic Center Projetos Turísticos e Ecológicos SA, nome de fantasia, ECOCITY BRASIL*”. Como fala a Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes e Biodiversidade (ICMbio), em Parnaíba, Silmara Ertal, onde o projeto *Loteamento Turístico Eco City do Brasil*, foi avaliado pelo instituto, para receber a licença prévia:

O ICMbio na época junto com o IBAMA e Ministério Público Estadual e Federal entraram com uma ação civil pública. É que devido ao grande empreendimento ele ia também afetar também o Maranhão e não só o Piauí. O licenciamento ambiental que estava conduzido pela a SEMAR, que é o órgão estadual do Piauí, é o motivo por essa ação civil pública, justamente era o que: que o Estado do Piauí não tinha competência pra licenciar empreendimento que ia afetar dois estados, que a competência teria que ser do IBAMA, a nível nacional, certo!? Então foi repassado o licenciamento, a ação pública foi, é conduziu que o licenciamento ambiental pro IBAMA nacional, o IBAMA nacional, análise dos dados ele pediu vários documentos, vários estudos e esses simplesmente não encaminhou esses documentos, e o processo foi arquivado, não sei como tá, mas não foi andado. O grupo denominado Ecocity, mas não é o inicial de 2006, 2007, é menor, um grupo menor que este entrou também com o processo de licenciamento ambiental na SEMAR, e o ICMbio emitiu uma autorização específica para a licença prévia, não é o procedimento de licenciamento como um todo. Mais específico pra licença prévia, com inúmeras condicionantes que eles vão ter que nos apresentar, pra análise e repasse pra SEMAR, pra saber se é possível ou não a emissão de uma licença pra

³⁷ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conforme Art. 2º da Lei nº7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Proteger o meio ambiente, garantir a qualidade ambiental e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, executando as ações de competência federal. Informações Disponíveis em < <http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/identidade-organizacional> > Acessado em 15/08/2016.

³⁸ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). A missão do Instituto Chico Mendes é **proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental**. Isso se dá por meio da gestão de Unidades de Conservação Federais, da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais naquelas consideradas de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico. Compete às Unidades de Conservação federais e aos Centros de Pesquisa e Conservação produzir, por meio da pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados, o conhecimento necessário à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais. **ICMbio**. Disponível em < <http://comissaoilhaativa.org.br/quem-somos/> > Acessado em 05/08/2016

*instalação em a curto ou médio prazo. Isso depende da empresa em apresentar esses estudos pra nós.*³⁹

O projeto apresentava várias irregularidades, que iriam gerar tamanhos impactos à APA DO DELTA, e parte da RESEX DO DELTA e sua Zona de Amortecimento, englobando os estado do Piauí, Maranhão, Ceará. Como também foi irregular a ação da empresa, diante do processo legal de licenciamento ambiental, que se iniciou na esfera estadual, pela *Secretária Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR)*⁴⁰, sem apresentar os estudos exigidos pelo processo de licenciamento ambiental, como o Estudos de Impactos Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Como mostra a *Ação Civil Pública (2015)*:

DOS FATOS: Esta ação cautelar, preparatória de ação civil pública, procura assegurar a suspensão do licenciamento ambiental do empreendimento ECOCITY BRASIL, levado o termo pelo órgão ambiental estadual, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR. (...) Primeiramente deve-se esclarecer que o projeto referente ao empreendimento ECOCITY BRASIL foi apresentado informalmente em maio deste ano, pela empresa WR – Consultoria e Planejamento Ltda. à Coordenadora do Centro Operacional de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e a Curadora do Meio Ambiente, órgãos do Ministério Público Estadual. Naquele momento foi questionado se havia sido feito o estudo de impacto ambiental. A empresa informou que não. Então lhes foi comunicado, verbalmente, que era necessário o estudo e que o empreendimento deveria ser licenciado pelo IBAMA e/ou Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, pois os potenciais impactos em nosso entendimento ultrapassavam os limites do Estado do Piauí, repercutindo sobre toda uma região. Contudo, em total desrespeito ao devido processo legal de licenciamento ambiental iniciou-se o processo na esfera estadual, perante a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR.⁴¹

Assim o projeto parou e até o momento não houve nenhuma ação mais recente do caso. A matéria *“Ibama indefere Projeto Ecocity”*, publicada na revista

³⁹ Entrevista cedida pela Analista Ambiental Silmara Ertal em Parnaíba, PI, cedida à pesquisadora no dia 16/11/2015.

⁴⁰ A SEMAR-PI, criada pela Lei 4.797 de 24/10/1995, é o órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos e uso sustentável do meio ambiente. No entanto, somente a partir de 2003 que a SEMAR adquiriu mais efetividade no cumprimento de sua missão, quando a política ambiental do Governo priorizou metas de fortalecimento institucional e de planejamento das ações visando à proteção e o uso racional dos recursos naturais no Estado do Piauí. **Missões e Instrumentos Legais**. Disponível em < <http://www.semar.pi.gov.br/missao.php> > Acessado em 28/06/2016.

⁴¹ ALMEIDA, Maria Carmen. **AÇÃO CAUTELAR INOMINADA** com pedido de **LIMINAR** contra o **ESTADO DO PIAUÍ** e **WORLD ECOLOGIC CENTER** **PROJETOS TURÍSTICOS E ECOLÓGICOS S/A**. Teresina; 2008. Disponível em <<http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=2660>> Acessado em 08/09/2015.

eletrônica *Pró-Parnaíba*⁴², noticiou o veto do projeto. Segundo a matéria; “o diretor de licenciamento do órgão, *Sebastião Custódio Pires*, revelou que os estudos do grupo espanhol são insuficientes tanto no que se refere ao diagnóstico ambiental, quanto à avaliação dos impactos a serem produzidos”. *Sebastião Pires* informa, também, que “se o grupo estiver interessado em dar continuidade à obtenção da licença ambiental na mesma área, terá que elaborar um novo estudo”.⁴³

Segundo o advogado do seu Pedro, Laercio Nascimento, houve um acordo parcial, onde a empresa se dispôs a delimitar um determinado tamanho da área para a permanência do senhor Pedro no local, área na qual ele utiliza para o manuseio e plantio. A empresa repassaria uma parte do afloramento ao seu Pedro e à sua família, o equivalente a uma área bem menor na qual seu Pedro já estava acostumado a usar com suas ovelhas, cabras, galinhas, etc., que necessitam das áreas principalmente no período de chuva, para alimentação e matar a sede dos animais, através das poças de “água doce” que se formam, entre os terrenos arenosos de dunas e mangues, que estão presente no povoado Saquim, como nos mostra abaixo em sua fala:

*A empresa quer fazer, destacar a área do seu Pedro Militão e repassar o afloramento pra ele. Fizemos um acordo no Patrimônio da União, foi escrito assinado por ambas as partes, no qual a empresa se comprometia passar o afloramento para o Seu Pedro Militão. Faltando apenas as partes acordarem quanto ao tamanho né. Seu Pedro Militão quer uma área que ocupa e uma área que possa ser útil para explorar economicamente e a empresa disse que da a área da casa, do terreno, mas não tão extensa. Então está hoje nesse impasse, pra que a empresa possa e o seu Pedro Militão possa entrar em acordo quanto ao tamanho, para inscrever seu Pedro Militão na área. Então a minha intenção como profissional orientando ele, e ficar com a área já destacada em afloramento, esse e o ponto apenas dimensão, pra poder concluir. Registro no nome dele, ele acaba ajudando não só a comunidade como a própria empresa, que a empresa não vai querer instalar seu resort em um local degradado, então ele matem a questão do meio ambiente muito, muito desenvolvida.*⁴⁴

Permanece assim o empasse entre as partes. Até o momento ambos não acordaram acerca da delimitação que é destinada ao Sr. Pedro e sua família. Militão

⁴² Proparnaiba.com é uma revista eletrônica com conteúdo jornalístico prioritariamente de Parnaíba e região litorânea do Piauí, bem com de cidades vizinhas dos estados do Maranhão e Ceará. Lançado oficialmente no dia 7 de março de 2009, no Auditório da Associação Comercial de Parnaíba, evento que contou com a presença de diversos colonistas, autoridades locais, representantes da sociedade civil organizada, dentre outros convidados.

⁴³ Trechos retirados do texto da matéria: **Ibama indefere Projeto Ecocity**. Da revista eletrônica Pró-Parnaíba. Disponível em < www.proparnaiba.com > Acessado em 01/02/2016.

⁴⁴ Entrevista cedida à pesquisadora pelo o advogado Laercio Nascimento do caso do Sr. Pedro Militão em 16/11/2016.

e sua família são exemplo do que ocorreu do que com milhares de tribos indígenas na época da colonização, onde seus descendentes também lutaram pelo seu espaço, infelizmente onde a maioria pagou, com a própria vida por resistirem.

A história não se repete, mas a lógica de interesses continua presente em nossa sociedade. Antes eram indígenas lutando por seu espaço, pelo seu pedaço de terra, contra o invasor, hoje são os seus remanescentes que hoje ainda lutam pelo seu espaço, contra grandes empresários que a todo custo desejam ver seus negócios crescerem. Antes era pela colonização, pelo o “progresso”, pela “civilização” e hoje as justificativas se aproximam das mesmas do passado, em nome agora do “desenvolvimento”, do “crescimento”. A lógica é a mesma que matou milhões de povos indígenas no passado, só mudaram as estratégias.

Embora essas populações tenham ganhado mais espaço e visibilidade nas discussões pelo um Brasil mais diverso culturalmente e socialmente, os povos nativos sofrem diariamente com discriminações e com o não cumprimento de seus direitos. Precisa-se buscar, conhecer bem mais acerca dos povos nativos e de seus remanescentes que atualmente emergem no Brasil e no estado do Piauí. As pesquisas sobre os povos indígenas no Piauí, já representam um número considerável e significativo, principalmente pela qualidade dos trabalhos, mas em comparação a outros estados ainda é pequena e escassa.

3.6 OS DESAFIOS E A IMPORTÂNCIA DA LEI Nº 11.645/2008

Muitos desses estudos não chegam onde mais deveriam estar, nas escolas, embora o governo federal tenha feito esforços para incluir a temática indígena no ensino regular, com a criação da Lei Nº 11.645/2008 tornando obrigatório o ensino da temática indígena na Educação Básica Nacional. No Piauí, porém isso não ocorre, o que ainda prevalece é o discurso de inexistência indígena criado pela historiografia tradicional local, que é reproduzindo nas escolas de ensino regular, que no Piauí não existe mais índios.

Por isso, pouco se sabe acerca dos povos nativos no Piauí e esta falta de conhecimento alimenta um problema gigantesco, que também se estende a nível nacional, o da conceituação e definição do que é “ser índio” no Brasil, baseado em velhos conceitos preconceituosos e imparciais em relação à identidade indígena. Gerando outro problema maior, como o da identificação. Se reconhecer como

indígena no Brasil é saber que será taxado de diversos estereótipos e pré-conceitos que prevalecem desde o processo de colonização. Embora tenhamos presenciado a constante emergência de pessoas, grupos e comunidades que reivindicam por identidade étnica.

A visão que se tem hoje ainda, sobre o nativo é de um ser taxado de imbecilidade, de um índio selvagem, de um índio que anda sempre nu, pelado, intacto as realidades e modificações que esses povos sofreram no decorrer da história do Brasil. A mídia⁴⁵ ainda produz memórias e conhecimentos acerca do valor cultural e moral da educação indígena, contribuem para a construção de mentalidades absurdas e reforçam visões preconceituosas sobre as populações nativas.

Os indígenas e seus descendentes ainda hoje sofrem tanto no plano do imaginário social com também no esquecimento e pelo desrespeito de seus direitos. Onde os mesmos tem sido ameaçados constantemente pelas tentativas do congresso de aprovar uma alteração na Constituição Federal que visa retirar os direitos constitucionalmente garantidos dos povos nativos, com a (PEC 215)⁴⁶ de 2000, que propõe alterar a Constituição para transferir ao Congresso a decisão final sobre a demarcação das terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação no Brasil.

Atualmente, somente o poder Executivo, munido de seus órgãos técnicos, pode decidir sobre as demarcações das terras indígenas.⁴⁷ Isso implica diretamente na violação dos direitos indígenas, pois a PEC proíbe a ampliação de terras demarcadas e até a diminuição de terras já demarcadas. Passando o poder de decisão para o Congresso Nacional, irá beneficiar a bancada ruralista, que é a grande base apoiadora de expansão do agronegócio no país. Reforçando assim o apoio aos grandes latifundiários, que resultará em mais conflitos sangrentos entre povos indígenas e proprietários rurais.

⁴⁵ Referimo-nos aqui ao caso bem recente de desrespeito e má compreensão do que é a cultura indígena e o que as populações nativas representam para alguns no Brasil, é o quadro “Índios Urbanos”, exibido no programa Zorra Total, aos sábados no horário nobre de televisão, logo após as tradicionais novelas, na emissora da TV Rede Globo. Onde o quadro satiriza a cultura indígena e reproduz discursos que perpetuam os estereótipos sobre os povos nativos e como veem seu modo de viver

⁴⁶ Disponível em < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/propmostrarintegra?codteor=889041> >Acessado em 14 de novembro de 2015.

⁴⁷ Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/politica/pec-2015-e-aprovada-em-comissao-da-camara-quias-os-proximos-passos-6520.html> >Acessado em 14 de novembro de 2015.

É preciso escavar, remexer, rememorar as lembranças históricas dos povos indígenas que habitam o estado do Piauí, para além do que nos foi dito sobre eles. Não dá mais para acreditar apenas no discurso do extermínio. É de extrema necessidade e importância pesquisas que reflitam, discutam acerca do papel do indígena na formação de nossa sociedade. Pesquisas que desconstruam os discursos que perpetuaram a inexistência aos povos indígenas na história do Piauí, que descondicionem a ação do indígena apenas da ao ato da colonização.

Aumentou o número de pessoas que se reivindicam quanto remanescentes indígenas, porém por falta de estudos e pesquisas mais aprofundadas que evidenciem essas memórias, elas acabam se “perdendo” ou “esquecidas” no tempo, na história escrita. Faltam na verdade, pesquisadores e outros ativistas que se interessem e se dediquem ao estudo desses povos no Piauí.

A história escrita oficial é uma história que atende aos interesses de uma elite, de pesquisadores. Vinculados ao governo do estado que naquele momento, estavam preocupados em construir uma história para o estado do Piauí. Prevalencia uma história criada pela ótica do colonizador, do “progresso”, da “civilização”, a partir da colonização é que se construiu a história do Piauí, prevaleceu temas ligados à economia piauiense, que florescia a partir da implantação dos currais de gado pelos “desbravadores” dos “sertões de dentro”, o discurso que prevaleceu acerca dos povos indígenas é que eram empecilhos à colonização, e por isso, por sua “selvageria” foram “desbaratados” do Piauí. Restando-os apenas a história da dizimação.

A realidade no Piauí é outra, totalmente diferente do que é dito nos livros de história, a luta e resistência dos remanescentes indígenas no atual estado do Piauí, só reforçam e comprovam a existência desses povos em nosso estado, que até hoje lutam pelo o seu direito à terra e aos seus direitos básicos de sobrevivência, habitam as diferentes regiões do estado piauiense e reivindicam seu espaço na história que há tempo os foi negado.

CONCLUSÃO

A história de vida do seu Pedro Militão nos inspira a continuar indagando sobre a história dos povos indígenas no Piauí. Suas memórias revelam a emergência de sujeitos históricos, que surgem reivindicando o espaço negado aos povos indígenas na história. Revelando assim o conhecimento histórico sobre suas vidas, angústias alegrias, e sobre suas referências étnicas, que são a base para se tornarem o que são.

O que podemos concluir a partir das memórias individuais de seu Pedro, compreendendo a como: “um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (PORTELLI, 1997, p.16), que suas memórias denunciam o espaço no qual foi negado na história do Piauí, dita como “oficial”, reforçada pela historiografia piauiense a partir da década de 1950, momento no qual se consagraram pesquisadores da história do estado.

A história desses povos foi por muito tempo foi considerada irrelevante para a história do estado e quando “surgem” na história, seu espaço é reservado a barbaridade, como “obstáculos” à colonização, como coadjuvantes da ação heroica do colonizador. Consolidou-se assim um discurso que não existem índios no Piauí e se não existem índios no Piauí, a estes também não se dá espaço na história.

Acreditamos que nosso trabalho se torna importante no sentido de contribuir para a desconstrução desse discurso, mostrando a realidade de sujeitos da luta e resistência indígena no Piauí. A luta de Militão e de sua família, revela uma realidade para além do pequeno povoado Saquim, constituído em Ilha Grande do Piauí. Reflete na verdade, uma realidade vivida por sujeitos históricos no estado que se reivindicam quanto remanescentes indígenas, que estão em processo de identificação, onde suas principais bases identitárias são suas lembranças, suas memórias que ligam o presente ao passado.

Nosso trabalho saiu do conformismo historiográfico piauiense e foi a campo para compreender a história de vida desse homem que se reivindica quanto remanescente indígena para refletir sobre a resistência indígena presente no Povoado Saquim em Ilha Grande, como também para refletirmos a luta desses povos que emergem atualmente no estado Piauí. E esta realidade é silenciada pela

história local, nos fazendo exploramos espaços e tempos que só é possível através da História Oral.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

BEIR, José Rogério. **Capistrano de Abreu e seus Capítulos de História Colonial** Disponível em < <https://umhistoriador.wordpress.com/2012/04/29/capistrano-de-abreu-e-seus-capitulos-de-historia-colonial/> > Novembro/2006. Acessado em 22/09/15.

BORGES, Jóina Freitas. **A História Negada: em Busca de Novos Caminhos**. Teresina: FUNDAPI, 2004.

BRAGA, Daniel Souza. **Catadores de caranguejo do Delta: história e Memória (1960-2010)**. Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História. Parnaíba, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

CONTIJO, Rebeca. **Capistrano de Abreu, viajante**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882010000100002&script=sci_arttext > Acessado em 18/08/2016.

_____. **O INDIANISMO COMO PROJETO DE NACIONALIDADE**. Disponível em < <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/indianismo.html> > Acessado em 09/04/2016.

_____. **IDENTIDADE E ROMANTISMO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX: no canto indianista ao projeto de nação**. Disponível em < <http://periodicos.unesc.net/historia/article/vienFile/2007/210> > Acessado em 09/14/2016.

_____. **ROMANTISMO NO BRASIL**. Disponível < <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/vontade.html> > Acessado em 10/04/2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. Manuela Carneiro da. **O futuro da questão indígena**. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a16.pdf>,1994> Acessado em 06/07/2016.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Que história é essa?** Teresina: EDUFPI, 2005.

DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em <
<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/mo%C3%A7%C3%A3o/2283/>
 > Acessado em 15/04/2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo e história oral**. Disponível em <
 (ver site) Topoi, Rio de Janeiro, 2002.

FERRETTI, Mundicarmo. **Tambor de Mina e Umbanda: o culto aos caboclos no Maranhão**. Apresentado no II Seminário Cultural e Teológico da Umbanda e das Religiões Afro-Brasileiras. CEUCAB/RS, 10- 13/10/1996; publicado no jornal: O triângulo Sagrado, nº39 a 41/96. Disponível em <
<http://www.gpmina.ufma.br/pastas/doc/Mina%20e%20Umbanda.pdf> > Acessado em 28/06/2016.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. **Histórias Oraís dos Remanescentes Indígenas no Território do Piauí no Século XXI**. Disponível em <
http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397450498_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOHistoriasOraisdosRemanescentesIndigenasnoTerritoriodo
 > Acessado em 20/07/2016.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. **Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004. Disponível em <
<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos.htm> > Acessado em 05/07/2015.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira**. Rio de Janeiro: Editora/ IN L-M EC, 1900.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 26ª. Edição, 1995.

IBAMA PROJETO ECOCITY. Da revista eletrônica *Pró-Parnaíba*. Disponível em <
www.proparnaiba.com > Acessado em 01/02/2016.

ICMBIO. Disponível em < <http://comissaoilhaativa.org.br/quem-somos/> > Acessado em 05/08/2016.

KIZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2ed, 2010.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O devassamento do Piauí**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

MELO, Padre Cláudio. **A prioridade do norte no povoamento do Piauí.** Teresina: Gráfica Mendes, 1985.

MISSÕES E INSTRUMENTOS LEGAIS. Disponível em < <http://www.semar.pi.gov.br/missao.php> > Acessado em 28/06/2016.

MONTEIRO, John M. **Negros da Terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

_____. John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores:** Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia IFCH-Unicamp. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo Disciplinas HZ762 e HS119 Campinas, agosto de 2001.

_____. John. **O desafio da história indígena no Brasil.** In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. (Orgs.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MA; Rio de Janeiro: Unesco, 1995.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **Historiografia Piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais.** Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil, Teresina, 2010.

NOTA DE REPÚDIO. Disponível em:< <https://www.linkedin.com/pulse/rep%C3Badio-%C3A0emissoradetevedegloboeaoprogramazorrapankararu?trkSplashRedir=true&forceNoSplash=true> > Acessado em 15/11/2015.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para história do Piauí:** Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência do governo. Prefácio de Antônio Amaral. Teresina: FUNDAPI, v. 1, 2007.

_____. Odilon. **Pesquisas para história do Piauí:** Lutas Partidárias e a situação da Província. Em busca de organização: escola e trabalho. Teresina: FUNDAPI, v. 4, 2007.

_____. Odilon. **Pesquisas para história do Piauí:** a Balaiada. Início da luta no Maranhão e Piauí. Teresina: FUNDAPI, v. 3, 2007.

_____. Odilon. **Pesquisas para história do Piauí:** Independência do Brasil, especialmente no Piauí. Manifestações republicanas. A ordem. Teresina: FUNDAPI, v. 2, 2007.

O GLOBO. **Entrevista com Manuela Cunha:** o futuro dos índios. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/02/16/o-futuro-dos-indios-entrevista-com-manuela-carneiro-da-cunha-486492.asp> > Acessado em 13/07/2016.

OLIVEIRA, Joao Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Trabalho apresentado na conferencia realizada para concurso para professor-titular de disciplina Etnologia. Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997.

POLLACK, Michel. **Memória e identidade social.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POMPA, Cristina. **Os índios, entre antropologia e história:** a obra de John Manuel Monteiro. Disponível em < <http://www.portal.apocs.org>, 2014 > Acesso em 07/07/2016.

PORTELLA, Cristiane de Assis. **Por uma história mais antropológica:** indígenas na contemporaneidade. Disponível em < www.revistas.ufg.br/fchf/article/download/3170/4939 > Acessado em 20/08/2016.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando Aprender um Pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história Oral.** Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223> > Acessado em 20/07/2016.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 15ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUEIROZ, Teresinha. **Historiografia piauiense.** In: Do singular ao plural. Recife: Edições Bagaço, 2006.

_____. Teresinha. **Odilon Nunes: história e erudição.** In: NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. 3ed. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. v.1.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** 9ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RESEX. Disponível em < <https://uc.socioambiental.org/uso-sustent%C3%A1vel/reserva-extrativista> > Acessado em 28/08/2016.

Santos, Ailton silva dos. Santos, Bruna Ribeiro dos. **Varnhagen: Identidade nacional e concepção acerca do índio no XIX. Análise interpretativa do autor e Sua “História Geral do Brasil”.** Disponível em < jav.com.br/.../Varnhagen_Identidade_nacional_e_concepcao_acerca_do > Acessado em 08/06/2015.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos Santos. **O percurso da indianidade na literatura brasileira:** matizes da figuração. São Paulo: Editora UNESP; 2009. Disponível em < <http://books.scielo.org> > Acessado em 15/08/2016.

SÉRGIO, Ricardo. **O romance indianista.** Disponível em < <http://googlewblight.com/?liteurl=http://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/3898443&ei=pgNY6Ykl&lc=pt&hostBR&s=1&m=297&host=www.google.com.br&ts=146> >

0258182&sig=APY536xFBfuupVpbKuoMu3h4WJ9wb3ywKA > Acessado em 10/02/2016.

SILVA, Silvany Nascimento da. MELO, Rodrigo de Sousa MELO. **Resorts e Desenvolvimento Local na cidade de Ilha Grande, Piauí (Brasil):** análise dos discursos dos atores locais. Revista Turismo & Sociedade. Curitiba, v.5, n.1, abril de 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 5ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

FONTES ORAIS

Ana Célia Coelho, representante do Patrimônio Público da União com sede em Parnaíba, PI, onde foi instruído o processo do Sr. Pedro. Entrevista cedida à autora no dia 16/11/2015.

Edmar Pereira dos Santos, vereador de Ilha Grande do Piauí e muito amigo da família e que acompanha o caso do Sr. Pedro desde 2007, ano onde se iniciou o processo de acordo entres as partes: Sr. Pedro e a empresa. Entrevista cedida à autora no dia 16/11/2015

Laercio Nascimento, advogado do caso do Sr. Pedro. Entrevista cedida a autora no dia 16/11/2015

Maria das Graças dos Santos Costa - Dona Graça, esposa do Sr. Pedro Militão. Entrevista concedida à autora no dia 28/08/2015.

Pedro Manoel de Sousa Costa, (vulgo) Sr. Pedro Militão. Entrevista concedida à autora no dia 28/08/2015.

Silmara Erthal, analista e representante ambiental do Instituto Chico Mendes e Biodiversidade (ICMbio) com sede em Parnaíba. Entrevista cedida à autora no dia 16/11/2015.

OUTRAS FONTES

ALMEIDA, Maria Carmen. **AÇÃO CAUTELAR INOMINADA** com pedido de **LIMINAR** contra o **ESTADO DO PIAUÍ** e **WORLD ECOLOGIC CENTER PROJETOS TURÍSTICOS E ECOLÓGICOS S/A**. Teresina; 2008. Disponível em <<http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=2660> > Acessado em 08/09/2015.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APA/Decreto Federal s/n° de 28.08.1996.

Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Versão Atualizada - **Loteamento Turístico Ecocity**: Gleba Canárias, Ilha Grande do Piauí e Litoral de Parnaíba. Setembro/2014. V. 1.

Ibama indefere Projeto Ecocity. Da revista eletrônica Pró-Parnaíba. Disponível em < www.proparnaiba.com > Acessado em 01/02/2016.

JR PROJECT MANAGEMENT. **Eco Brasil Cidade Ecológica**. Disponível em < www.ecocitybrasil.com > Acesso em 20/05/2016.

PEC 215. Disponível em < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/propmostrarintegra?codteor=889041> > Acessado em 14 de novembro de 2015.

Relatório de Impacto Ambiental – **RIMA, de um loteamento com características turísticas sob a responsabilidade da ECOCITY DO BRASIL PROJETOS TURÍSTICOS E ECOLÓGICOS LTDA**, versão apresentada com base na Nota Técnica nº 04/2014 – APA Delta do Parnaíba/ICMBio, datado 17 de abril de 2014.

SANTOS, Edmar Pereira. **Monção de Congratulação e Louvor ao Senhor Pedro Militão, pela relevância histórica, cultural e de preservação ambiental da localidade Saquinho**. Câmara dos Vereadores do Município de Ilha Grande, 27 de maio de 2015.

WR - Consultoria e Planejamento Disponível em < http://www.wrconsulting.com.br/trabalhos_realizados_2.html > Acessado em 13/05/2016.